



BIANCA MENDES ARAUJO

**A UNIDADE DE DEFESA DAS MULHERES (YPJ) E SUA ATUAÇÃO COMO  
ATOR NÃO-ESTATAL ARMADO NA LUTA CONTRA O ISIS.**

João Pessoa  
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**BIANCA MENDES ARAUJO**

**A Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ) e sua atuação como ator não-estatal  
armado na luta contra o ISIS.**

Trabalho apresentado como requisito para a conclusão do curso de graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira.

João Pessoa

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

M538a Mendes Araujo, Bianca.

A Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ) e a sua atuação como Ator Não-Estatal Armado na luta contra o ISIS / Bianca Mendes Araujo. – João Pessoa, 2018.  
64f.: il.

Orientador(a): Profº Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) –  
UFPB/CCSA.

1. Feminismo. 2. Feminismo e Segurança. 3. Atores Não-Estatais Armados (VNSA). 4. Curdistão. 5. YPJ. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:327(043.2)

**Gerada pelo Catalogar - Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pelo autor(a)**

**BIANCA MENDES ARAÚJO**

**ATORES NÃO-ESTATAIS VIOLENTOS E A QUESTÃO DE GÊNERO: O CASO DO  
YPJ NO COMBATE AO ISIS**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado (a) em: 31/10/2018

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira – (Orientador)  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Ana Paula Maielo Silve

Profa. Dra. Ana Paula Maielo  
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho marca o fim de um ciclo transformador na minha vida, que me desenvolveu como um ser pensante e de visão crítica, alguém que está disposta a melhorar a todo o momento e que está em constante aprendizado. Dessa forma, alguns agradecimentos precisam ser feitos, pois sem a presença de certas pessoas na minha vida eu não teria conseguido ter forças para concluir esta etapa.

Gostaria de agradecer a minha família que me dá todo o carinho e amor. A “mainha” e “painho”, agradeço por vocês serem um exemplo de trabalho duro, dedicação e inspiração, e meus irmãos pela parceria que nós temos desde pequenos e por prepararem o terreno para princesinha (eu) reinar. Sei que já dei muito trabalho, e espero que eu possa provar a cada momento que sou capaz de conquistar coisas inimagináveis, fazendo com que vocês vejam a guerreira que me tornei e sintam orgulho de mim.

Aos meus amigos, obrigada por todos os momentos que compartilhamos durante a graduação em Relações Internacionais. Obrigada por todos os rolês, todas as conversas descontraídas e sérias que tivemos, todos os desentendimentos, pelo apoio dentro e fora da sala de aula, e por todas as conexões que criamos. Obrigada Paulo e Jaldielle pela família 201 que nos tornamos. Obrigada aos meus meninos Caio, Ed e Sibs por todas as palhaçadas e aventuras que tivemos. Sibs, suas piadas são muito boas. Ainda, obrigada as minhas meninas Luiza, Rebeca, Iale e Cachorrona por terem se tornado um porto seguro para mim, por me ajudarem nos momentos em que eu achei que ninguém me ajudaria. Obrigada pela força que vocês me deram, pelo impulso por lutar pelas mulheres, por perceber que unidas podemos enfrentar tudo. Por me fazerem ver que sou digna de amor.

Agradeço ao professor Murilo Mesquita e Xaman Korai, pelo incentivo que me deram em relação à produção acadêmica. Com a parceria que eu tive com cada um pude desenvolver minha visão crítica, minha escrita e argumentação. Ainda, agradeço a professora Mariana Baccarini pela oportunidade que me deu em ser sua monitoria e me dar um gostinho do que é a docência e quão gratificante ela pode ser. Graças aos três acadêmicos pude descobrir o caminho que quero seguir, e afirmo que vocês tiveram grande influência na minha decisão de me tornar professora.

Quero agradecer ao meu orientador Marcos Alan. Obrigada pela paciência, pela disponibilidade e por ter aguentado meus dramas nos momentos de desespero. Você me

inspira a seguir conhecendo mais sobre a área temática dos Estudos de Paz, e por causa de todo o conhecimento que me foi passado, quero me aprofundar no aprendizado desta e, se possível, repassá-la para meus futuros alunos.

Não poderia deixar de agradecer ao meu grupo de teatro, o Interna-só-na-mente. Vocês me fizeram rir, chorar, ter raiva, felicidade, me fizeram andar pela faculdade como anjo, palhaça, como o *angry birds*. Todos os nossos encontros, estreias e apresentações eram momentos terapêuticos para mim, e os laços que construímos vão estar marcados em mim por muito tempo. Que fique a certeza de que, assim como o teatro é minha paixão, vocês também são.

Para concluir, pois como uma boa geminiana eu falo/escrevo demais, eu não posso em hipótese alguma deixar de agradecer a minha psicanalista, Loana Vita. Eu sou grata por você está disposta a todo o momento para me ajudar, sou grata por nossas conversas, por nossas risadas, por você está sempre me mostrando que há saída para tudo, por cuidar da minha saúde mental. Mesmo sem entender muito bem, eu agradeço por você ser boa comigo, e desejo que você receba todo o carinho que você me deu em dobro.

## RESUMO

As mulheres estão adentrando a cada dia lugares mais relevantes na sociedade atual, sobretudo em temáticas que são geralmente relacionadas apenas ao mundo masculinizado, como é o caso de conflitos armados. Quando se pensa em tal cenário, é muito recorrente não associá-lo à presença feminina enquadrando-as como civis, vítimas da guerra, ou apoiadoras de funções designadas para homens. Da mesma forma que a elas são fixados papéis, aos atores não-estatais armados (VNSAs) é frequentemente atribuído a visão de que são grupos operando em oposição ao Estado, sendo ameaças explícitas à segurança e estabilidade, principalmente em Estados frágeis, em que as instituições de governo e a legitimidade geral da nação está enfraquecida. Assim, o presente trabalho tem como pergunta de partida “Como a atuação da Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ) no combate ao Estado Islâmico (ISIS) ajuda na quebra de visões tradicionais sobre as mulheres e os atores não-estatais armados no âmbito dos conflitos armados?”. Para responder tal questionamento, será apresentado a visão predominante sobre os atores não-estatais armados e a amplitude de classificação deste, assim como o olhar do gênero como categoria de análise e os debates feministas sobre a área de segurança internacional. Logo após o contexto regional sobre o Curdistão e a luta das mulheres curdas será abordado, seguindo-se para um delineamento sobre o YPJ e o conflito contra o ISIS. Como hipótese, partiu-se da ideia de que a atuação de tal unidade representaria a quebra dos estereótipos que se tem sobre as mulheres e VNSAs. Os resultados demonstram que a Unidade de Defesa das Mulheres é um ator de caráter único e de dinâmica fluida, não se enquadrando nos papéis comumente atribuídos às mulheres e aos atores não-estatais armados.

**Palavras-chave:** Feminismo; Feminismo e Segurança; Atores Não-Estatais Armados (VNSA); Curdistão; YPJ.

## ABSTRACT

Women are entering more and more important places in today's society, especially in themes that are generally related only to the masculinized world, as is the case of armed conflicts. When one thinks of such scenario, it is very recurrent not to associate it with the feminine presence, framing them as civilians, victims of war, or supporters of functions designated for men. In the same way that roles are assigned to women, armed non-state actors (VNSAs) are often seen as groups operating in opposition to the State, being explicit threats to security and stability, especially in weak states, where government institutions of and general nation legitimacy is weakened. Thus, the present work has as a starting question "How the action of the Women's Defense Unit (YPJ) in the fight against the Islamic State (ISIS) helps in breaking down traditional views on women and non-state armed actors in the context of armed conflicts?". In order to answer this question, the classic view on non-state armed actors and their range of classification will be presented, as well as the view on gender as a category of analysis and feminist debates on international security. Subsequently, the regional context on Kurdistan and the struggle of Kurdish women will be addressed, followed by an outline of the YPJ and the conflict against ISIS. As a hypothesis, it is argued that the performance of such a unit represents the breaking of the stereotypes about women and VNSAs. The results show that the Women's Defense Unit is a unique actor of fluid dynamics, not fitting the roles that are commonly attributed to women and to armed non-state actors.

**Keywords:** Feminism; Feminism and Security; Non State Armed Actors; Kurdistan, YPJ.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AQI	<i>al-Qaeda in Iraq</i>
AQC	<i>al-Qaeda Central</i>
DAESH	nome em árabe do Estado Islâmico
DBK	Comitê Supremo Curdo
EI	Estado Islâmico
ISI	Estado Islâmico do Iraque
ISIS	Estado Islâmico do Iraque e da Síria
ISIL	Estado Islâmico do Iraque e do Levante
KDP	Partido Democrático do Curdistão
KNC	Conselho Nacional Curdo
NSAGs	<i>Non State Armed Groups</i>
PKK	<i>Partiya Karkaren Kurdistan</i>
PJAK	Partido do Curdistão Livre
PYD	Partido da União Democrática
RI	Relações Internacionais
SDF	Forças Democráticas Sírias
VNSAs	<i>Violent Non State Actors</i>
YJA-Star	Unidade Feminina Livre
YPG	Unidade de Proteção do Povo Curdo da Síria
YPJ	Unidade de Defesa das Mulheres

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>1. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL: ATORES NÃO-ESTATAIS VIOLENTOS E O FEMINISMO</b>	13
1.1 Debates sobre os atores não-estatais violentos	13
1.1.1 Debates clássicos sobre os atores da segurança internacional	13
1.1.2 VNSAs: amplitude de classificação e relacionamento com o Estado	17
1.2 Um olhar do Feminismo	21
1.2.1 Gênero como categoria de análise	21
1.2.2 Críticas Feministas aos debates de segurança	26
<b>2. CONTEXTO POLÍTICO REGIONAL</b>	31
2.1 Os curdos e a luta para constituição do Curdistão	31
2.2 Participação das mulheres na luta curda e a influência do PKK	37
<b>3. ATUAÇÃO DO YPJ NO COMBATE AO ISIS</b>	43
<b>3.1 ISIS e a guerra na Síria</b>	43
3.2 A Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ)	46
3.3 O YPJ e a quebra do tradicionalismo	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	56
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	58

## INTRODUÇÃO

“A revolução será feminista”. Esta frase marca toda a luta diária das mulheres, além das conquistas que já conseguimos em vários âmbitos, seja social, político ou acadêmico, e é importante saber que muito já foi obtido, mas que o movimento é contínuo. É indispensável ter em mente que cada mulher possui uma realidade, e que por mais que todas sejamos *mulheres*, vivemos experiências diferentes, e por isso cada contexto deve ser levado em consideração para que se compreenda a vivência de uma mulher.

Todos e todas possuímos a mesma origem: viemos de uma mulher. É por isso que é necessário uma consciência feminista sobre o mundo, um olhar que envolva o gênero, não só para a compreensão dela, mas do homem e da formação da sociedade também, pois o gênero dita as normas, constrói as dimensões do mundo, encaixota os seres humanos em padrões, e ao não nos encaixarmos nestes, somos isolados, oprimidos e rejeitados, pois os imperativos socialmente construídos sobre o que é ser *mulher* e *homem* fecham as portas para que possamos ver o espectro de possibilidades que o ser humano é.

Com este impulso, o olhar deste trabalho parte de uma perspectiva feminista ao buscar quebrar com tudo aquilo que a sociedade impôs e diz que é certo sobre o ser feminino. É um olhar revolucionário, que parte de uma realidade de uma mulher ocidental, latina, brasileira, nordestina, cearense, branca e de classe média, que teve acesso a rede de educação particular e ao ensino superior.

Com esta consciência, o presente trabalho trata da Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ), procurando demonstrar, através da sua atuação no combate ao grupo terrorista Estado Islâmico, como representam a quebra de papéis tradicionalmente atribuídos e normatizados às mulheres e aos atores não-estatais armados. Quando se pensa em cenários de conflito, é muito recorrente não associá-lo à presença feminina, enquadrando-as como civis, vítimas da guerra, ou apoiadoras de funções designadas para homens. Aos atores não-estatais armados, da mesma forma que a elas são fixados papéis, 11a eles é frequentemente atribuído a visão de que são grupos operando em oposição ao Estado, sendo ameaças explícitas à segurança e estabilidade, principalmente em Estados frágeis, em que as instituições de governo e a legitimidade geral da nação

está enfraquecida. A hipótese lançada é que a atuação do YPJ representa a quebra desses dois estereótipos.

Assim, o primeiro capítulo busca apresentar os dois âmbitos principais para a compreensão da ideia central do trabalho, abordando os debates clássicos sobre os atores não-estatais armados e a amplitude de visão sobre eles, além da visão do gênero como categoria de análise e os debates feministas sobre a área de segurança internacional. Em continuidade, o capítulo dois visa trazer o contexto regional sobre o Curdistão e a luta das mulheres curdas em meio ao conflito pela constituição do Estado curdo.

O terceiro capítulo é introduzido com a apresentação da Unidade de Defesa das Mulheres, sua organização, estrutura interna e o que representa para as mulheres serem recrutadas. Em seguida, um panorama sobre o ISIS e o conflito na Síria é feito, para que se possa compreender como se dá a atuação do YPJ nesse contexto de luta armada e o que representa. Por fim, considerações finais serão feitas, buscando-se reafirmar os principais pontos do trabalho.

Visando ao alcance do objetivo geral, a saber, explicar como a atuação da Unidade de Defesa Feminina (YPJ) no combate ao Estado Islâmico (ISIS) ajuda na quebra de visões tradicionais sobre as mulheres e os atores não-estatais armados no âmbito dos conflitos armados, a saber, que elas são dóceis, frágeis, não belicosas, configurando-se como vítimas nas guerras, e tais atores atuam em oposição ao Estado, ameaçando sua segurança e a segurança da população; utiliza-se o método de tipo qualitativo, descritivo e exploratório, além de uma análise histórico-descritivo para a compreensão da etnia curda aqui tratada, fazendo uso de uma ampla revisão teórico-bibliográfica. Documentos e textos que emergem das mais variadas instituições e agências foram analisados, assim como notícias sobre a temática, abordando-se as áreas do feminismo e segurança internacional, assim como da história dos curdos e sobre o contexto de guerra contra o ISIS. O gênero é utilizado como categoria de análise, pois permite uma ótica do dominado (MONTE, 2016) – sendo este, no presente trabalho, a mulher - tentando proporcionar uma redefinição das formas de se conhecer o mundo.

## **1. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL: ATORES NÃO-ESTATAIS VIOLENTOS E O FEMINISMO**

### **1.1 Debates sobre os atores não-estatais violentos**

#### **1.1.1 Debates clássicos sobre os atores da segurança internacional**

Desde o final da Guerra Fria a fonte mais importante de estabilidade tem sido considerada a centralidade do governo estatal, desconsiderando as forças subnacionais e transnacionais não-estatais como importantes para o equilíbrio global. Nessa ótica, a compreensão convencional sobre a estabilidade internacional baseia-se em cinco pressupostos principais: (1) os Estados e organizações intergovernamentais são a autoridade dominante na sociedade global, enquanto que a soberania territorial estatal é a forma natural e correta de organização política que delineia e produz ordem mundial; (2) grupos não-estatais armados são *spoilers* ilegítimos, interrompendo a segurança e desencadeando distúrbios políticos e conflitos violentos; (3) o público de massa exige consistentemente a proteção do governo estatal; (4) os organismos privados só podem reforçar a segurança se não dependerem de ameaças ou do uso da violência; e (5) se um Estado não está fornecendo estabilidade, “uma estratégia de fortalecer e expandir a capacidade governamental seria uma resposta sensata ao déficit de governança (MANDEL, 2014. p. 1).

No entanto, em um mundo com crescentes desafios à segurança, os chamados atores não-estatais armados (VNSAs) adquirem relevância em decorrência de suas capacidades violentas e destrutivas em âmbito local, regional ou transnacional (KRAUSE, MILLIKEN, 2009). Enquanto que durante o século XX foram relativamente insignificantes, ofuscados pelo processo de consolidação do Estado e pela disputa entre Estados-nações poderosos, tais atores tornaram-se uma parte crítica do processo de descolonização, essencialmente pelo fato de que queriam controlar o Estado em si, ao invés de serem subservientes a governantes estrangeiros e distantes. Nessa linha, na visão acadêmica tradicional e na comunidade internacional, esses grupos chamam atenção ao representarem um desafio direto ao projeto Westfaliano de Estados soberanos, detentores do monopólio legal e prático do uso legítimo da força dentro de um território (KRAUSE, MILLIKEN, 2009; WILLIAMS, 2008).

Com isso, uma definição padrão do que constitui um Estado pode ser tida a partir de um conceito Weberiano: Estados são aquelas instituições que reivindicam com sucesso o monopólio da força coercitiva legítima dentro de um determinado território.

Isto sugere uma imediata definição alternativa do que seriam grupos armados não-estatais: são os que desafiam o monopólio estatal de força coercitiva legítima. Ainda, o sistema Westfaliano tem como premissa uma lógica Hobbesiana simples e direta:

a criação de Estados soberanos - com o direito e a capacidade de monopolizar a força coercitiva dentro de seus territórios - é a maneira mais eficaz de alcançar a paz e a ordem. (...) [A] premissa Hobbesiana continua a ser a base mais fundamental do Estado. Se nada mais, os Estados fornecem segurança e ordem, limitando o número de atores que podem exercitar a força e regulando seu comportamento (POLICZER, 2005. p.3. tradução nossa).

Nessa linha, as nações que possuem altos níveis de legitimidade, autoridade, provisão de bens coletivos, boa gestão econômica e uma preferência pelo coletivo, assim como um alto nível de inclusividade, são considerados “Estados fortes”. Em contraste, os chamados “Estados fracos” (*weak states*) são aqueles que sofrem de déficits na legitimidade, capacidade, provisão de bens públicos e inclusividade, e com uma crescente fraqueza de muitos destes, os VNSAs acabam por ressurgir buscando perpetuar e intensificar sua fragilidade. Dessa forma, “quando existem várias dimensões ao longo das quais o Estado é fraco, as perspectivas para o aumento de atores não-estatais armados são consideravelmente aumentadas” (WILLIAMS, 2008. p. 6), e embora os padrões de causalidade não sejam sempre claros, há uma correlação entre a fraqueza estatal e o surgimento de um ou outro tipo de VNSAs.

Como característico desse tipo de Estados, é apontado a sua incapacidade de controlar todo o seu território, manter o monopólio sobre os instrumentos da força ou executar funções centrais, como o fornecimento de segurança para setores significativos de suas populações. Além disso, eles também sofrem com altos graus de corrupção. A proliferação dos *weak states*, bem como de poderosos grupos armados, pode afetar a estabilidade e segurança nos níveis local, regional e até global, já que seu aumento cria novas interações e inter-relações entre os atores nesses três níveis, o que pode promover o surgimento de coalizões compostas por Estados, grupos armados e outros atores não-estatais, que formal ou informalmente, empregam ferramentas e técnicas de guerra irregulares para atingir seus objetivos (SCHULTZ, GODSON, HANLON, RAVIC, 2011).

É importante notar que a globalização, assim como os *weak states*, configura-se como um fator relevante para o entendimento dos VNSAs, já que além de ter desafiado a capacidade individual do Estado de gerenciar as relações econômicas,

proveu facilitadores e força para os atores não-estatais armados (WILLIAMS, 2008). Na nova era globalizada, vemos o amplo debate sobre a ideia de que a violência organizada no século XXI é diferente das guerras do século XX, tanto na literatura acadêmica quanto na política em si. Vários termos têm sido usados para conceitualizar os conflitos contemporâneos - guerras entre as pessoas, guerras do terceiro tipo, guerras híbridas, guerras privatizadas, guerras pós-modernas, bem como 'novas guerras' (Duffield 2001; Eppler 2002; Hables Gray 1997; Hoffman 2007; Holsti 1996; Kaldor 2012; Munkler 2005; Smith 2005; Snow 1996; Van Creveld 1991 *apud* KALDOR, 2013).

Nesse contexto, as *novas guerras* ocorrem em áreas onde os Estados autoritários foram grandemente enfraquecidos como consequência da abertura para o resto do mundo, e a distinção entre Estado e não-Estado, público e privado, externo e interno, econômico e político, e até guerra e paz está se desfazendo. Pela perspectiva de Kaldor (2013), pode-se perceber a diferenciação das novas guerras em relação às “velhas guerras” em termos de atores, objetivos, métodos e formas de financiamento. Em relação aos atores, as guerras antigas foram travadas pelas forças armadas regulares dos Estados, ao passo que as novas guerras são travadas por combinações variadas de redes de atores estatais e não estatais. Os objetivos dos antigos conflitos eram travados por interesses geopolíticos ou por ideologias, e as novas guerras são travadas em nome da identidade (étnica, religiosa ou tribal), em que o objetivo é obter acesso ao Estado para grupos específicos - locais ou transnacionais. Com isso, “a mobilização política em torno da identidade é o objetivo da guerra, e não um instrumento de guerra” (KALDOR, 2013. p.2. tradução nossa).

Em relação aos métodos, nas guerras antigas as batalhas eram travadas para capturar o território inimigo através de meios militares, enquanto que nas novas guerras as batalhas são raras e o território é capturado por meios políticos (através do controle da população). Finalmente, a forma de financiamento das velhas guerras se dava em grande parte pelo Estado, através da tributação ou por patronos externos. Como as novas guerras não ocorrem em Estados fracos, a receita fiscal não se configura mais como um meio tão forte, e novas formas de financiamento privado predatório apresentam-se como alternativa, o que inclui saque e pilhagem, “tributação” da ajuda humanitária, apoio da diáspora, sequestro ou contrabando de petróleo, diamantes, drogas, pessoas, etc.

A implicação dessas diferenças é que, enquanto as antigas guerras tendiam a extremos à medida que cada lado tentava vencer, as novas guerras tendem a se espalhar e a persistir ou recorrer à medida que cada lado ganha de maneira política ou econômica a partir da própria violência (...). Enquanto as guerras antigas foram associadas à construção do Estado, novas guerras são o oposto; elas tendem a contribuir para o desmantelamento do Estado (*ibidem*, p. 3. tradução nossa).

Nesse contexto, os atores não-estatais armados são vistos como ameaças explícitas, opositores do Estado, querendo tomar seu controle; como desestabilizadores de regimes, principalmente em nações em que a legitimidade das instituições e do governo está abalada. De acordo com Mandel (2014), grande parte da violência de hoje envolve grupos não estatais armados e está na forma de “guerras não-estatais”, que ocorrem quando um Estado tem capacidade limitada ou inexistente para impor a ordem. O fato é que independentemente de o iniciarem ou não, esses grupos armados não-estatais frequentemente se veem envolvidos em lutas violentas e utilizam diferentes modos de violência em suas atuações como terrorismo, atentados suicidas, insurgência e tumultos. Em adição, praticam também a pilhagem, roubo, vandalismo, incêndios forçados, deslocamento forçado, sequestro de reféns, detenção, espancamento, mutilação, estupro e profanação de mortos. Destarte, embora a violência iniciada por autoridades estatais seja frequentemente sancionada e tolerada, “a violência organizada por atores não-soberanos é vista como ilegítima e transgressora (MANDEL, 2014).

Assim, tais grupos são considerados protagonistas da instabilidade estatal, responsáveis pela desordem política, pelo conflito violento e pelas condições de segurança global. A tais papéis tradicionalmente atribuídos, soma-se sua capacidade de causar danos aos direitos humanos, a segurança pública e ao desenvolvimento social e econômico da sociedade (DAVIS, 2009; KRAUSE, MILLIKEN, 2009; RODGERS, MUGGAH, 2009). Todavia, são atores de dinâmica fluida e diversa, que podem agir também em situação de não-guerra e apresentarem motivações não ligadas a derrubada de Estados ou mudança de regimes. Assim, é necessário entendê-los a partir de outras abordagens, já que tais rótulos são atribuições feitas a partir de uma ótica estatocêntrica, com o Estado representando a peça chave, “o indispensável e fundamental em torno do qual todas as outras entidades giram” (ALSTON, 2005. p. 3 *apud* RODGERS; MUGGAH, 2009. p. 301), para que se compreenda quem são e qual seu impacto na segurança no mundo contemporâneo.

### 1.1.2 VNSAs: amplitude de classificação e relacionamento com o Estado

É importante saber que como fenômeno, os atores não-estatais armados (NSAGs) não são novos no âmbito dos conflitos armados, mas o aumento na pesquisa sobre tal temática se dá a partir do começo dos anos 1990, com o fim da Guerra Fria. Com a dissolução da bipolaridade ideológica, duas mudanças ocorrem no cenário internacional que influenciam tal acontecimento, sendo a popularização do conceito de segurança humana e o fenômeno das novas guerras (GRÄVINGHOLT, HOFFMAN, KLINGEBIEL, 2007).

No cenário pós-Guerra Fria, a natureza das ameaças à segurança global muda e deixa de ter como foco os desafios baseados no Estado, dando brecha para o surgimento de questões transnacionais e desafios impostos por atores não-estatais (AYDINLI, 2010). Um consenso sobre os padrões normativos de segurança e desenvolvimento começa a emergir na comunidade internacional, e a segurança do indivíduo não mais é definida exclusivamente dentro da esfera do Estado ou da segurança estatal (BRUDERLEIN, 2000; GRÄVINGHOLT, HOFFMAN, KLINGEBIEL, 2007). Refletindo um entendimento crescente sobre a mudança na natureza da violência global, o conceito de segurança humana começa a avançar, determinando que para que os humanos estejam seguros

suas vidas devem estar livres de ameaças generalizadas, violentas ou não, para seus direitos e segurança. A abordagem de segurança humana aborda as ameaças não tradicionais à segurança das pessoas que estão relacionadas a fatores econômicos, alimentares, de saúde e ambientais, bem como questões como drogas, terrorismo, crime organizado, minas terrestres e violência baseada em gênero (BRUDERLEIN, 2000. p. 2. tradução nossa).

Colocando a segurança das pessoas como ponto de referência, os esforços internacionais direcionam-se no sentido de garantir a paz e prevenir a violência ao minimizar riscos, reduzir a vulnerabilidade humana através de medidas preventivas e realizar ações corretivas quando tais medidas falharem (*ibidem*).

Ainda, o crescente interesse nos NSAGs particularmente se dá pela proposição de que as formas de se fazer guerra, seja interestatais ou intraestatais, mudaram. As chamadas “novas guerras” são caracterizadas por conjuntos de atores fragmentados, que podem configurar-se como milícias, unidades paramilitares, mercenários, empresas de segurança e unidades de autodefesa organizadas privadamente. Tais atores surgem em

decorrência da criminalização das economias de guerra, já que o financiamento do conflito passa a ser feito por meio de atividades criminosas, como o saqueio da população, chantagem de agências internacionais e tráfico de recursos naturais, como diamantes, madeira ou drogas (HEUPEL, ZANGL, 2010), sendo assim identificados como fonte de muitas políticas globais de criminalidade (JAKOBI, 2015). Além disso, as motivações ideológicas da guerra são substituídas por motivos econômicos, impulsionando o uso de estratégias de guerra mais brutais. Em suma,

a transformação da guerra se deve principalmente à criminalização das economias de guerra dos partidos, facilitando a fragmentação dos partidos em conflito e a economização de seus motivos de guerra (...) encorajando uma brutalização das estratégias de guerra (HEUPEL, ZANGL, 2010. p. 34. tradução nossa).

Nesse contexto, abre-se espaço para a ascensão de novos tipos de grupos não-estatais armados. Na visão tradicional, são organizações que operam fora do controle do Estado e desafiam sua autoridade, poder e legitimidade, dependendo do uso da violência e força de maneira não convencional e assimétrica para alcançar seus objetivos (BERTI, 2016). A literatura existente sobre os atores não-estatais armados os define de forma variada, classificando-os em tipologias similares, mas em um número diferentes de categorias. Krause e Milliken (2009), por exemplo, estipulam cinco categorias para tais grupos - grupos insurgentes, grupos militantes, gangues urbanas, senhores da guerra e redes criminais; milícias privadas, forças policiais e empresas de segurança; e grupos transnacionais - , ao passo que Williams (2008) usa sete - senhores da guerra, milícias, forças paramilitares, insurgências, organizações terroristas, organizações criminosas e gangues juvenis.

Já as estruturas de Ersel Aydinli (2016) e Troy Thomas, Stephen Kiser e William Casebeer (2005) estipulam seis categorias<sup>1</sup> para os NSAGs. Natasha Ezrow (2017) relaciona 11 tipos de atores em sua classificação: Estados de fato, organizações políticas com asas militantes, insurgências, organizações terroristas, redes terroristas, rebeldes saqueadores, senhores da guerra, crime organizado, gangues, empresas de

---

<sup>1</sup> De acordo com Aydinli (2016), as categorias dos grupos armados são: insurgentes, grupos militantes domésticos, senhores da guerra / gangues urbanas, milícias privadas / empresas militares, terroristas e organizações criminosas. Já Thomas, Kiser e Casebeer (2005) institui as categorias de senhores da guerra com exércitos privados, organizações criminosas transnacionais, organizações religiosas militantes, grupos etnonacionalistas, grupos emergentes de guerreiros ecológicos e anti-guerra. globalizadores e anarquistas (*apud* OKTAV, DAL, KURSUN, 2018. p. 3)

segurança privada e paramilitares. Apesar da diversidade de categorias, nota-se um consenso nas seguintes classificações: senhores da guerra, milícias, forças paramilitares / empresas militares, insurgências, organizações terroristas e organizações criminosas / gangues (OKTAV, DAL, KURSUN, 2018).

Com isso, apesar de tais atores sempre terem existido, até hoje não existe um consenso claro sobre como descrevê-los ou defini-los, ou sobre o que se deve esperar de suas ações. Isto é produto do debate sobre como classificar as insurgências e contra-insurgências presentes no período da Guerra Fria e do fim do colonialismo, se seriam consideradas “terroristas” ou “combatentes livres”. Apesar de tal debate girar em torno de um ponto comum - o uso da força coercitiva -, a depender da perspectiva, diferentes rótulos podem ser aplicados ao mesmo grupo (POLICZER, 2005).

Além, disso, a partir dos anos 1970, uma série de discussões ocorreu dentro das comunidades humanitárias e de direitos humanos sobre como lidar com atos de violência cometidos por grupos armados não-estatais. O questionamento girava em torno de se estes atores deveriam ou não respeitar as mesmas normas humanitárias e de direitos humanos que os Estados, normas estas presentes em documentos fundamentais como as Convenções de Genebra e a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, de 1948, tradicionalmente entendidas como aplicáveis apenas às nações (*idem*).

Como é esperado que os Estados protejam os direitos básicos de seus cidadãos, por definição, somente eles poderiam violar tais direitos, não se esperando que grupos não-estatais atendam ao mesmo padrão de comportamento. Contudo, o paradigma tradicional começou a mudar quando as comunidades humanitária e de direitos humanos, especialmente na década de 1970, começaram a argumentar que

do ponto de vista das pessoas no terreno, não faz muita diferença se a violência é cometida por um Estado ou por um grupo não-estatal. Ademais, a existência de tais grupos em primeiro lugar é um sinal de um Estado ineficaz, que é incapaz (ou não tem vontade) de impor completamente o *rule of law* e estabelecer um monopólio coercitivo (*ibidem*. p. 2. tradução nossa).

Ainda, percebe-se que a definição dos NSAGs é controversa em decorrência de suas características, que diferem em termos de tamanho, organização, liderança, comportamento, estrutura, operacionalização, agenda de objetivos e recursos (HOFMANN, 2006; PODDER, 2013). Isso indica uma ampla gama de atividades que podem exercer, violentas e não violentas, assim como diferentes formas de

relacionamento com o Estado, fugindo da visão tradicional de ameaça estatal e aos direitos humanos. Em alguns casos, esses grupos estão sim desafiando o Estado; em outros, cooperam e conspiram com as estruturas estatais; em outros casos, o Estado é um espectador passivo, enquanto determinados grupos lutam entre si, e em vários casos, atores não-estatais lutam entre si ao mesmo tempo em que confrontam estruturas estatais que buscam destruí-las ou controlá-las (WILLIAMS, 2008).

Dessa forma, entender as possibilidades de relacionamento das VNSAs com os Estados é compreender que, conceitualmente, a anarquia permite que outras forças coercivas além dos Estados assumam algumas funções de governança de segurança, e que, empiricamente, várias tentativas de controle oriundas de grupos não-estatais armados configuram-se como desafios à exclusividade de estabilidade internacional dada às nações (MANDEL, 2014). Assim, certos atores não-estatais armados podem configurar-se como representantes legítimos das queixas das minorias em governos ineficientes, predatórios ou repressivos, fazendo com que a violência aplicada em tais casos sublinhe o desejo da sociedade de reformular as bases nacionais. “Nessa perspectiva, os NSAGs podem ser instrumentais no cumprimento do ‘contrato social’ que se torna distorcido entre o Estado e a sociedade ao longo do tempo” (PODDER, 2013. p. 19. tradução nossa).

Neste contexto, estes grupos não deveriam ser vistos como uma ameaça à segurança e um desafio ao monopólio estatal sobre o uso da força, pois em decorrência do crescimento do seu poder, têm estado por trás da criação de sistemas alternativos de governança que funcionam de forma autônoma em relação ao Estado e que frequentemente competem com ele (ROSENAU, 2001 *apud* BERTI, 2016).

Ainda, algumas das categorias de atores mencionadas anteriormente já agiram em nome do Estado, de forma clandestina ou não, e até em conjunto com as forças armadas nacionais, as vezes em contratos formais ou informais. Exemplos incluem o pagamento de mercenários pelo governo para preencher lacunas onde as operações militares oficiais falharam, o uso de milícias civis, de paramilitares contratados, ou outras associações da sociedade civil ou provedores independentes de segurança para assegurar a hegemonia do Estado (DAVIS, 2009, p. 222-223). Com isso, é possível aferir que tais grupos podem trabalhar em concordância com o Estado.

Para muitos, a imagem predominante dos atores não-estatais armados é a de “homens armados indisciplinados, soldados saqueadores, tropas que vivem da terra e elementos criminosos atacando a população com total impunidade”. Porém, a realidade

é que grupos armados não-estatais estão se tornando cada vez mais complexos e, em muitos aspectos, difíceis de entender, passando a demonstrar que também podem propagar empreendimentos globais multifacetados, em que a violência não é o único produto e nem é o ponto mais importante para sua sobrevivência, como administrar clínicas, escolas, e instituições de caridade. O fato é que muitos usam a força de forma mais defensiva do que ofensivamente, fazendo-nos perceber que as maiores diferenças entre Estados e grupos armados não-estatais, em termos coercitivos, não residem em seu armamento ou uso da força, mas na legitimidade de suas ações (MANDEL, 2014).

Inúmeros NSAGs preferem combinar ações coercitivas e cooptativas, concentrando-se em construir autoridade e legitimidade ao investir na provisão de segurança, serviços sociais e promoção de mecanismos de cooperação voluntária (PODDER, 2014 *apud* BERTI, 2016), projetando uma imagem de eficácia e legitimidade através de políticas discursivas e simbólicas (BERTI, 2016).

Destarte, a visão tradicional dos atores não-estatais armados gira em torno de conceitos estatocêntricos, e sua categorização é feita a partir da definição de tais grupos como agentes que, através de suas ações, desafiam o monopólio de poder do Estado (GRÄVINGHOLT, HOFFMAN, KLINGEBIEL, 2007. p. 23). Porém, pela compreensão de que sua conceituação é complexa em decorrência das características da variedade de atores que englobam, é perceptível a fluidez de papéis que podem executar na comunidade internacional, fugindo da ótica tradicionalista de oposição ao Estado.

Assim, ao desenvolver abordagens complexas e com múltiplas camadas para sua linha de ação, os atores não-estatais evoluem funcionalmente e, desse modo, confundem ainda mais a linha entre "Estado" e "não-Estado", enfraquecendo o poder explicativo de tal dicotomia. Ao criar sistemas alternativos de governança e assumir funções tradicionalmente atribuídas às nações, estes atores desafiam a pretensão estatal à soberania exclusiva, ao mesmo tempo em que procuram reproduzi-lo ou muitas vezes imitá-lo (BERTI, 2016).

Após abordado sobre os atores não-estatais armados, a próxima seção adentrará na temática do feminismo, delineando sobre o gênero como categoria de análise e sobre as críticas feminista aos debates de segurança.

## **1.2 Um olhar do Feminismo**

### **1.2.1 Gênero como categoria de análise**

Em um sentido mais literal, o termo “gênero” começou a ser mais seriamente usado pelas feministas como uma maneira de abordar a organização social da relação entre os sexos. As teóricas americanas, por exemplo, utilizavam a palavra para indicar a qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, assinalando uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de expressões como “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, 1986).

O gênero passa a ser o elemento mais distintivo da teoria feminista, e a compreensão dele como categoria de análise se faz importante, sendo necessário esclarecer a confusão entre o conceito de gênero e um vocábulo sinônimo de “mulher”. Gênero é uma categoria relacional, referente aos pressupostos sociais que constituem, ou constroem as diferenças entre homens e mulheres, dando significado às diferenças biológicas entre os corpos humanos (MONTE, 2010).

Tal definição reflete a preocupação dos estudos feministas em não se concentrar estritamente nas mulheres: homens e mulheres são definidos em termos um do outro, e nenhum entendimento de qualquer um pode ser alcançado por um estudo inteiramente separado. Na visão de Natalie Davis (1975):

deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, da mesma forma que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos, dos grupos de gêneros no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la (apud SCOTT, 1986, p. 1057).

No feminismo, a categoria de gênero é usada pela primeira vez pela socióloga britânica Ann Oakley. Para ela, o sexo se refere a uma divisão biológica entre homem e mulher, na qual o gênero acaba por resultar em uma divisão social desigual na feminilidade e masculinidade. Mais tarde, a antropóloga americana Gayle Rubin usa o termo em 1975 ao conceituar o *sistema sexo-gênero*, definindo como "o conjunto de disposições pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana" (RUBIN, 1975, p.36 *apud* CURIEL, 2011. tradução nossa). Com isso, Rubin aponta que o sexo é moldado pela intervenção social, e dessa forma, a subordinação da mulher seria produto das relações que organizam e produzem a sexualidade e o gênero, por isso devemos colocar a origem da opressão das mulheres no social, não no biológico.

Mas, se considerarmos o gênero como um tipo de atividade, executada de forma constante e, em parte, sem o conhecimento e vontade de um ser, ele não é, por essa razão, automático ou mecânico. É na verdade uma prática de improvisação dentro de uma cena de restrição. É importante que se compreenda que um indivíduo não "faz" sozinho o gênero, está sempre "fazendo" com ou por outro indivíduo, mesmo que o outro seja apenas imaginário. Em *Undoing Gender*, Judith Butler (2004) questiona: "o que o gênero quer?". Isso pode parecer estranho à primeira vista, mas se torna menos quando percebemos que as normas sociais em que estamos inseridas e inseridos possuem desejos que não originais da nossa personalidade individual, algo que é complexo pelo fato de que a viabilidade da nossa individualidade é dependente de tais normas.

Assim, Pierre Bourdieu (1997), ao procurar esclarecer as implicações do gênero no funcionamento da sociedade, estabelece a diferenciação entre homens e mulheres, masculino e feminino, como um processo histórico e contingente. Argumenta que a perspectiva masculina é objetivada no senso comum, e a naturalidade com que é vista essa estrutura de dominação se deve ao fato de que os próprios dominados aderem a ela, nem sempre com plena consciência de tal processo (*apud* MONTE, 2010).

A divisão de indivíduos entre homens e mulheres é, assim, apenas uma das instâncias de funcionamento do gênero como princípio ordenador. O gênero surge como necessidade de dar sentido social às diferenças anatômicas entre homens e mulheres, e a partir dessa divisão, aplica-se o mesmo esquema para todas as coisas do mundo, criando-se uma realidade sexuada. Os indivíduos, tendo passado a se diferenciar entre homens e mulheres pela construção de um significado social, são transformados em "naturalmente" diferentes, e essa visão é então aplicada para todas as outras coisas da realidade (BOURDIEU, 1997, p. 19-20).

Essa diferenciação sexuada, feita através da visão biológica, é um caminho que o ímpeto feminista não busca traçar. Ao usar o gênero, elas procuram se referir a um conjunto de características culturalmente moldadas e definidas, associadas à masculinidade e à feminilidade, que podem variar entre o tempo e local. Nessa visão, a biologia pode restringir o comportamento, mas não deve ser usada "deterministicamente" ou "naturalmente" para justificar práticas, instituições ou escolhas que poderiam ser diferentes daquilo que são. Enquanto o que significa ser homem ou mulher varia de acordo com culturas e história, na maioria das culturas as

diferenças de gênero significam relações de desigualdade e dominação dos homens pelas mulheres (TICKNER, 1992).

Assim, a busca por uma redefinição das formas de conhecer, que permita uma “ótica feminina”, um “ponto de vista do dominado”, é parte essencial do programa científico das feministas, principalmente em Relações Internacionais (MONTE, 2016). Alguns estudiosos consideram que a maior contribuição dessa perspectiva para o campo das RI's é empírica, pois questionar *onde* estão as mulheres e *qual* é a sua experiência é um ponto de partida crítico para examinar qualquer estrutura de política global e justiça transnacional. Sem tais perguntas, a quantidade de energia necessária para sustentar ou mudar o sistema global é subestimada.

O empirismo feminista enfatiza que as mulheres foram vítimas de Estados patriarcais, e que os dois principais aspectos das relações internacionais modernas - a institucionalização da guerra e o reforço da soberania estatal - causaram efeitos desastrosos na vida das mulheres. Em um nível descritivo, uma contribuição valiosa seria documentar até que ponto o sistema interestatal depende do trabalho sub-recompensado das mulheres ou das estruturas de gênero da sociedade que as desfavorecem. De forma mais ambiciosa, poderia procurar identificar as condições nas quais a repressão delas é mais ou menos severa, que tipos de Estados e sistemas internacionais possuem consequências mais ou menos adversas para suas vidas (KEOHANE, 1989). Ainda, podemos encontrar contribuições ontológicas e epistemológicas para as RI's, pois as teóricas feministas repensaram os principais conceitos da área, como segurança, justiça internacional, economia política, forças armadas, Estado e a ordem global (ACKERLY, TRUE, 2006).

Para Enloe (2004) é preciso haver uma consciência feminista informando o trabalho sobre gênero, pois é ela que pode manter uma visão séria e intelectualmente curiosa sobre as experiências, ações e ideias de mulheres e meninas. Com isso, ao utilizar o gênero como categoria de análise, as pesquisadoras feministas apontaram que os estudos sobre as mulheres acrescentam novos temas, impondo uma reavaliação crítica das premissas e padrões dos estudos acadêmicos existentes, transformando fundamentalmente os paradigmas disciplinares. Inscrever as mulheres na história implica na redefinição e alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante ao incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva, quanto as atividades públicas e políticas (SCOTT, 1986).

Dessa forma, entre seus objetivos, as teóricas de gênero em RI priorizam desvelar todas as formas de violência presentes no sistema, para além da violência direta das guerras civis e conflitos internacionais. A emancipação das mulheres depende, assim, de uma necessidade paralela de discutir a masculinidade, suas demandas sobre os homens e respectivas estruturas sociais que os fazem contribuir para a opressão feminina, e, ao mesmo tempo, para sua própria opressão (MONTE, 2016).

São as teorias feministas que revelam todas as estruturas e mecanismos ideológicos que reproduzem a discriminação e a exclusão. É com os feminismos que o gênero adquire maior importância como categoria analítica, e seu uso teórico e político serviu para desnaturalizar o que significava ser uma mulher, concebida como "o outro" em relação ao paradigma masculino e para explicar que as desigualdades entre os sexos não eram uma questão natural, mas social e histórica (CURIEL, 2011).

A conexão dos estudos de gênero com a ciência política e as RI pode ser percebida pela ligação entre a ideia de poder e a sexualidade. Foucault identifica pelo menos quatro grandes conjuntos estratégicos no qual o poder e o conhecimento elaboram dispositivos de sexualidade. Eles são: "a histerização do corpo da mulher", ou seja, a definição do corpo da mulher primária e integralmente pela sua sexualidade; "a pedagogização do corpo da criança", a definição da prática sexual pela criança, ao mesmo tempo que é sempre possível, é perigosa; "a socialização das condutas de procriação", ou seja, o controle político e social da conduta dos casais; "psiquiatrização do prazer perverso", análise e controle de todas as formas de instituto sexual consideradas "anomalias" (FOUCAULT, 1988, p. 115-116 *apud* MONTE, 2016, p. 15).

O fato é que não há história a ser contada sobre o desenvolvimento da nossa identidade, como nos movemos do feminismo para, por exemplo, o *queer* ou para o trans. A razão disso é que nenhuma dessas histórias faz parte do passado; continuam a acontecer de maneira simultânea e sobreposta, conforme as contamos (BUTLER, 2004). Porém, ao utilizar o gênero de forma analítica, teremos uma maneira de relatar sobre suas origens exclusivamente sociais, pois teremos a possibilidade de distinguir as práticas sexuais dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens.

Seu uso explícito rejeita explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para diversas formas de subordinação feminina nos fatos de que as mulheres têm a capacidade de dar à luz e os homens têm maior força muscular. Em vez disso, o gênero se torna um modo de denotar "construções culturais", toda a criação social de ideias sobre papéis apropriados para mulheres e homens (SCOTT, 1986, p. 1056. tradução nossa).

Portanto, a compreensão de gênero como categoria de análise objetiva desfazer a visão comum sobre “estudos de gênero” se tratarem apenas do exame sobre onde estão as mulheres na sociedade e quais suas funções. Assim, a percepção do gênero como estrutura, esquemas cognitivos e elemento essencial na definição de identidades, abarcando homens e mulheres em esquemas objetivos de poder e atividades em variados campos, oferece um bom caminho de passagem para a compreensão de como o gênero pode ser uma categoria de análise também presente nas relações internacionais (MONTE, 2016).

### **1.2.2 Críticas Feministas aos debates de segurança**

Com um foco nas *high politics* da guerra e da *Realpolitik*, as discussões no âmbito das Relações Internacionais privilegiam questões que crescem a partir das experiências e visões dos homens. No sistema internacional, formado por Estados soberanos e auto-interessados, a provisão de segurança é confiada ao Estado, com a suposição de que protegem os membros da comunidade política das ameaças que emanam fora das fronteiras estatais. A segurança é, então, um conceito usado para explicar o porquê e como os conflitos surgem para a manutenção da paz mundial e integridade das nações (ANTONIJEVIC, 2011; BLANCHARD, 2003).

Nessa linha, nas discussões sobre as políticas de guerra e poder, somos levadas e levados a acreditar que os homens possuem mais afinidade com tais esferas, fazendo com que as perspectivas masculinas na descrição e prescrição dos ditames internacionais sejam mais autênticas (TICKNER, 1992). Questões de gênero acabam por ser omitidas e excluídas, pois a esfera das relações internacionais, rodeada de questões de poder e interesses nacionais, é vista como uma área da vida pública, na qual o gênero e suas diferentes necessidades não são vistas nem reconhecidas como sendo críticas, impossibilitando um diálogo aberto para o desenvolvimento dos Estados (ANTONIJEVIC, 2011).

Dentro disso, a tradição ocidental pressupõe uma afinidade dos homens com a guerra, e em oposição, das mulheres com a paz, em que os mitos e memórias culturalmente construídos foram transmitindo essa tradição de suposições. Assim, o homem é construído como violento - seja de forma ávida e inevitável, ou relutante e trágica -, e a mulher é tida como não violenta, oferecendo socorro e compaixão. Com

isso, essas metáforas nas identidades sociais de mulheres e homens não denotam o que de fato são em tempos de guerra, mas sim como funcionam para recriar e assegurar o posicionamento delas como não combatentes e deles como guerreiros (ENLOE, 1938).

Nessa ótica, as mulheres são geralmente consideradas irrelevantes para a construção tradicional do campo das RI's, pois a elas são atribuídos âmbitos tradicionais, como na reprodução e nos lares. Porém, ignorar suas experiências contribui para sua exclusão e para um processo de auto-seleção, resultando em uma população majoritariamente masculina nos campos práticos e teóricos da Relações Internacionais, como o da segurança, e esse tipo de seleção começa com a maneira que somos ensinadas e ensinados a pensar sobre a política mundial (TICKNER, 1992).

Assim, o ímpeto das teóricas feministas é de criticar a reformular muitos dos pressupostos teóricos tradicionais e fundamentais das Relações Internacionais (SJOBERG, 2010). O cerne de qualquer percepção tradicional de gênero é uma visão binária do mundo e das relações entre pessoas, associando o ser ativo, público, histórico, cultural e agressivo à construção da masculinidade, e o ser passivo, privado, não-histórico, natural e amigável à construção da feminilidade (ANTONIJEVIC, 2011).

Desta maneira, o diálogo entre o feminismo acadêmico e as RI's é contemporâneo, se desenvolvendo ao final do século XX. As contribuições para a área de segurança foram motivadas pelas indagações feministas sobre quem verdadeiramente estaria envolvido pelas políticas de segurança. Assim, a Teoria de Segurança Feminista (Feminist Security Theory, FST)

subverteu, expandiu e enriqueceu as noções de segurança por mais de uma década, fazendo pelo menos quatro movimentos teóricos. Primeiro, as feministas das RI questionam a suposta inexistência e irrelevância de mulheres na política de segurança internacional, engendrando ou expondo o funcionamento do gênero e poder nas relações internacionais. Isso implica a recuperação das experiências das mulheres, o reconhecimento da exclusão baseada em gênero dos papéis de tomada de decisão e a investigação da invisibilidade das mulheres na teoria internacional. Em segundo lugar, o FST questiona até que ponto as mulheres são protegidas pela “proteção” do Estado em tempos de guerra e paz. Terceiro, a FST contesta os discursos em que as mulheres se relacionam de forma absoluta com a paz, argumentando que a identificação da mulher com paz deve ser equilibrada pelo reconhecimento da participação, apoio e inspiração que as mulheres deram à guerra. Em quarto lugar, e mais recentemente, as feministas têm perturbado a suposição de que as práticas de segurança por gênero abordam apenas as mulheres e começaram a desenvolver um conceito variado de masculinidade para ajudar a explicar a segurança (BLANCHARD, 2003. p. 1290. tradução nossa).

De acordo com Monte (2010), o conceito tradicional de segurança e soberania territorial não é neutro, e refere-se à segurança *por* um grupo e *de* um grupo, já que privilegia determinados valores - uma elite de homens ou masculinista. Demonstrar o masculino no discurso estatal serve como crítica à concepção de segurança que considera o Estado como referencial central, exclusivo e prioritário. Indivíduos associados à masculinidade acabam por ser privilegiados quando o discurso de segurança estatal é composto pelas narrativas sobre as características políticas, sociais e culturais desse grupo, e ignorar tais narrativas reforça as normas e práticas que estabelecem relações assimétricas de poder entre homens e mulheres, privilegiando os primeiros.

Antes de tudo, é necessário a compreensão de que não existe apenas uma abordagem feminista para teorização, e, portanto, não há apenas uma abordagem feminista para guerra. Diferente de outros teóricos das Relações Internacionais, as feministas podem abordar a política global a partir das óticas realista, liberal, construtivista, crítica, pós-estruturalista e pós-colonial, entre outras, produzindo percepções diferentes e às vezes até contraditórias sobre a política de segurança global (SJOBERG, 2013). Ainda, os debates acadêmicos sobre gênero e guerra expandiram-se, obtendo contribuições de visões sociológicas, antropológicas, históricas, econômicas, geográficas e de estudos da comunicação e mídia, assim como outros campos interdisciplinares, como estudos de gênero e sexualidade e estudos étnicos (SHARONI, WELLAND, 2016)

Com isso, na ótica realista, o trabalho feminista está interessado no papel do gênero na estratégia e na política de poder entre os Estados, ao passo que as liberais chamam atenção para a posição subordinada das mulheres na política global, argumentando que a opressão de gênero pode ser atenuada pela inclusão das mulheres nas estruturas políticas existentes. A visão feminista crítica tem como foco as manifestações linguísticas, particularmente os termos forte / fraco, racional / emocional e dicotomia pública / privado, que servem, de acordo com essa perspectiva, para fortalecer o masculino, marginalizar o feminino e construir uma política global. As feministas pós-coloniais e pós-estruturais compartilham muitos pressupostos epistemológicos, porém as primeiras concentram-se em como as relações coloniais de dominação e subordinação, estabelecidas com o imperialismo, se refletem nas relações de gênero no âmbito prático e teórico das relações internacionais (SJOBERG, 2010).

Assim, com o desenvolvimento das perspectivas feministas sobre segurança internacional, a literatura sobre as experiências das mulheres se desenvolveu, expandindo-se para dar uma maior percepção aos múltiplos papéis e experiências que elas possuem em tempos de guerra. Como resultado, tem-se trabalhos sobre as mulheres como vítimas e oponentes da guerra, assim como combatentes ativos e autoras de violência, o que inclui violência sexual e baseada em gênero (COHEN, 2013; MACKENZIE, 2009; SJOBERG E GENTRY, 2007 *apud* SHARONI, WELLAND, 2016).

O fato é que as diferenças entre homens e mulheres é usado como justificativa para a manutenção de relações de poder hierarquizadas, contribuindo para a subordinação desta em relação àquele. Na área de segurança, a identificação do gênero feminino com a identidade da feminilidade o coloca como um gênero ligado à fraqueza, insegurança, dependência, emotividade e brandura, tornando as mulheres inadequadas como governantas, estadistas, militares e todas as outras tarefas associadas à necessidade de manutenção da soberania do Estado e segurança internacional. O gênero masculino, em contraponto, por meio da identidade da masculinidade, é associado diretamente à agressão, integridade moral, julgamento lógico e racional, autonomia corporal e mental e outras características que muitas vezes são explicadas como sendo predisposições biológicas ou psicológicas, e não como diferenças culturais e sociais (ANTONIJEVIC, 2011).

Tal diferença entre os gêneros, ao colocar o homem como violento e a mulher como não-violenta, não denota os papéis que *realmente* eles e elas desempenham em tempos de guerra (ENLOE, 1938). Como guerreiros, os homens passam a corresponder uma dimensão simbólica de soldado, que ganha um tipo particular e fundamental de cidadania - uma virtude cívica -, pois “a ‘corporificação’ da masculinidade militar pelo treinamento dos exércitos é uma característica importante na definição da cidadania/nacionalidade no Estado moderno” (MONTE, 2010. p. 60).

Tal diferenciação reflete-se no que Elshtain (1987) chama de “Guerreiro Justo” e “Bela Alma”, as duas identificações primárias do masculino e feminino, que emergem com o triunfo do Cristianismo. O fim do Império Romano, detentor do dever e privilégio da segurança, e a necessidade de reorganização política da comunidade judaico-cristã constituem-se como circunstâncias que atrasariam a realização do reino pacífico na terra.

Surge assim o ideal de “Guerreiro Justo” ou “compassivo”, “que pega em armas relutantemente e apenas se for necessário para evitar um mal pior ou para proteger os inocentes do perigo inevitável. Sua tarefa trágica se torna necessária porque o sonho e a esperança da paz na terra tiveram que ser indefinidamente adiados” (ELSHTAIN, 1987, p. 127 *apud* MONTE, 2010. p. 63).

Por sua vez, as Belas Almas, isoladas pelas repetições históricas e sociais do mundo, servem de repositório de convicções e auto-definições inocentes. Em tempo de guerra,

posiciona-se como aquela de luto, causa para a guerra, e mantenedora de todos os valores não-belicistas – e por isso foi organizada como um modo de ser e de vida que os homens simultaneamente valorizam e do qual procuram fugir, simultaneamente precisam e desprezam. O não-belicismo pode ter uma face generosa – do amor romântico, da devocão familiar, lúdico e contemplativo, da articulação estética de um meio de vida – ou pode ter uma face restritiva – das restrições moralistas sobre os prazeres simples, das cruzadas “higiênicas”, da obediência a regras, de um ponto de vista insulado, isolado em relação ao mundo. Em tempos de paz, e por meio da ação cívica, as mulheres podem tentar fazer o “mundo exterior” da *civitas* parecer mais com a imagem de um lar perfeito – ordeiro, saudável, limpo, confortável (ELSHTAIN, 1987, p. 144).

De acordo com essa visão, em contextos de conflito armado, as mulheres são percebidas como esposas, mães e babás - como vítimas operando em uma circunstância *especial*, possuindo assim *necessidades especiais*, enquanto que os homens são vistos como agressores e soldados, atores ativos na garantia de proteção (JACK, 2003). Mesmo que eles e elas possam assumir - ou até frequentemente assumam - tais papéis, o *gênero* não deve ser usado como fator de restrição, criando a tendência de acentuar o grau de endosso desses papéis sexualmente estereotipados no conflito armado. Na verdade, deve nos permitir entender que homens e mulheres funcionam em uma variedade de papéis, nos dando a possibilidade de estudar como as mudanças nessas funções afetam as relações entre os gêneros e o que isso pode nos falar sobre o contexto internacional e o âmbito da segurança. “A realidade é que as mulheres são igualmente ativas como soldados e agressores, enquanto os homens podem ser vítimas e combatentes” (JACK, 2003. p. 7. tradução nossa).

Destarte, como protagonistas, as mulheres foram sistematicamente excluídas das atividades “regulares” da guerra e combate, desaparecendo dos relatos históricos militares (CARRERAS, 2006), e desse modo, as teóricas feministas procuram ir além da comparação e contrastação das experiências de homens e mulheres na guerra. Ao ter o gênero como fundamental para a formação e transformação da identidade e para as

divisões hierárquicas de poder, o olhar feminista sobre o âmbito da segurança procura compreender e revelar quando e como o gênero impacta nas políticas e práticas da guerra (SHARONI, WELLAND, 2016).

## 2. CONTEXTO POLÍTICO REGIONAL

### 2.1 Os curdos e a luta para constituição do Curdistão

Para a linearidade do trabalho, uma compreensão sobre a etnia curda se faz necessária. Atualmente, não há um número que expresse com exatidão a dimensão dessa etnia, apenas aproximações baseadas em estatísticas populacionais realizadas para cada departamento ou província em que existe assentamentos majoritariamente curdos, além de incluir uma parcela da população que vive fora do Curdistão. Com uma estimativa de 36 a 45 milhões de pessoas (INSTITUTE KURDE, 2017), os Curdos são considerados um dos maiores grupos populacionais sem um Estado, e estão espalhados ao longo das fronteiras do Irã, Turquia, Iraque e Síria (THE KURDISH PROJECT, s/d).

Dentro desta estimativa, 12,2<sup>2</sup> milhões de habitantes concentram-se no chamado Curdistão do Norte (Kurdistana Bakur), na Turquia, e de 7 a 10 milhões em comunidades curdas presentes nas grandes metrópoles turcas como Istambul, Izmir, Ankara, Adana e Mersin, dos quais 3 milhões apenas em Istambul, considerada a maior cidade curda do mundo<sup>3</sup>. Já no Irã, a população curda atinge cerca de 10 milhões de habitantes (12,5% da população iraniana) no chamado Curdistão Iraniano (províncias de Kermanshah, Ilam e Azerbaijão Ocidental), e somado aos curdos presentes nas comunidades de Khorassan (1,5 milhão) e Teerã (0,5 milhão), representam um total de 12 milhões de curdos no Irã, compondo 15% da população (INSTITUTE KURDE, 2017).

Com números mais precisos, os curdos no Iraque constituíam, em 2016, 5,4 milhões de pessoas nas três províncias da região do Curdistão - Erbil, Duhok, Suleimanieh -, e cerca de 3 milhões nos territórios curdos adjacentes não localizados oficialmente no território, computando um total de 8,4 milhões de curdos no Iraque, 26,5% da população total do país. Na Síria, a população total estimada gira em torno de

<sup>2</sup> Em 2016, o Curdistão do Norte possuía 14,2 milhões de habitantes, com 86% deles sendo curdos. O restante da população é constituído por minoria árabes (Urfa, Mardin e Siirt), turcas (servidores militares, da polícia e públicos) sírios e armênios (INSTITUTE KURDE, 2017).

<sup>3</sup> Com uma estimativa média de 8 milhões de curdos nesse país, chega-se ao número de 20 milhões de curdos, cerca de 25% da população total da Turquia (*idem*).

3 a 3,5 milhões de curdos, quase 15% da população síria, das quais 2,5 milhões está presente nos três cantões curdos de Jezirah, Kobane e Afrin, e mais ou menos 1 milhão nas comunidades curdas de Aleppo e Damasco. Por fim, estima-se um total de 1,5 milhão de curdos na diáspora curda<sup>4</sup> na Europa Ocidental<sup>5</sup> (*idem*).

**FIGURA 1 – MAPA DA LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO CURDA NO QUE SERIA UM POSSÍVEL CURDISTÃO**



Fonte: RIATAZA, 2018<sup>6</sup>.

O fato é que os curdos, como grupo étnico, são o produto final de anos de evolução de várias tribos<sup>7</sup> que se estabeleceram há aproximadamente quatro mil anos na região. Alguns curdos citam mitos sobre suas origens envolvendo o rei Salomão, e

<sup>4</sup> Os curdos passaram por uma série de deportações que levaram à criação de muitos assentamentos distantes da região do Curdistão, e sua chegada na Europa constitui-se como um movimento que se inicia na década de 1960, com a chegada dos curdos turcos na Alemanha, nos países do Benelux, na Áustria, Suíça e França. Após a Revolução Islâmica no Irã em 1979, o golpe militar de 1980 na Turquia, a guerra Irã-Iraque e a campanha iraquiana de extermínio dos curdos nos anos 1986-1990, ondas sucessivas de refugiados curdos chegam à Europa Ocidental e a América do Norte, em menor grau. Ainda, a campanha de evacuação e destruição de aldeias curdas na Turquia em 1992 e, a partir de 2011, a guerra civil na Síria, ampliou o êxodo curdo para a Europa (*idem*).

<sup>5</sup> A lista com a estimativa da distribuição da população curda nos países Europeus pode ser encontrada em <https://www.institutkurde.org/en/info/kurdish-diaspora-1232550988>.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://riataza.com/2018/01/09/zachem-turtsii-stena-na-granitse-s-iranom/>>. Acesso: 08 de nov 2018.

<sup>7</sup> Dentre as tribos, pode-se citar os Guti, Kurti, Mede, Mard, Carduchi, Gordyene, Adianbene, Zila e Khaldi, além de tribos indo-europeias que migraram para a região montanhosa de Zagros há cerca de quatro mil anos (YILDIZ, 2007).

outros alegam ser descendentes dos Medos<sup>8</sup>, que ajudaram a derrubar o Império Assírio em 612 a.C. (GUNTER, 2004; YILDIZ, 2007). A imprecisão da origem dos curdos causa muitas disputas, mas todas as teorias que procuram explicar o princípio dessa população tendem a ser autóctones em sua natureza, ou seja, procuram fazer suas explicações tendo como base a territorialidade. Assim, não olhar para os antigos habitantes de uma região específica no Oriente Médio, que ficou conhecida como "Curdistão" em algum momento após o século XII, esperando encontrar conexões etimológicas entre essas pessoas e os curdos modernos. De forma básica, essas teorias concluem que os curdos são aqueles que moraram em uma região que é conhecida na história antiga sob diferentes nomes, mas que é atualmente chamada de "Curdistão" (OZOGLU, 2004).

Dentro disso, a extensão territorial que o Curdistão engloba tem variado, mas de forma predominante, foi e continua sendo a área que se espalha pela região montanhosa das fronteiras dos já citados países do Iraque, Irã, Síria e Turquia (YILDIZ, 2007). Historicamente, as tribos curdas, organizadas em formas de principados, dispunham de certa independência até o século XVI. Em decorrência da disputa entre os impérios Persa e Otomano pela ascendência regional, os principados curdos, ao agirem em nome dos otomanos, foram incluídos a tal império (YEGEN, 1996). Semi-independentes, vários principados floresceram nesse meio e muitos deles sobreviveram até a primeira metade do século XIX (ENTESSAR, 2009).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, e decretada a rendição do Império Otomano, a luta curda por uma maior autonomia recebeu um grande impulso em 1920, por meio do Tratado de Sèvres. Esse tratado pedia a criação de um Curdistão independente e da Armênia, assim como Estados árabes independentes de Hijaz, Síria e Iraque, e continha três artigos relacionados à independência curda.

O Artigo 62 tratou do mecanismo de provisão da autonomia as "áreas predominantemente curdas situadas a leste do Eufrates, a sul da fronteira meridional da Armênia, como pode ser determinada daqui em diante, e a norte da fronteira da Turquia com a Síria e a Mesopotâmia ". Sob o Artigo 63, o governo turco concordou em executar dentro de três meses os termos estabelecidos no Artigo 62 por uma comissão de três homens nomeada pelos governos britânico, francês e italiano. O artigo 64 esboçou as condições para a independência curda (*idem*. tradução nossa)

---

<sup>8</sup> Tribo indo-européia que desceu da Ásia Central até o planalto iraniano por volta de 614 a.C (ENTESSAR, 2009).

Porém, em 1922, o movimento nacional turco, liderado pelo oficial militar nacionalista Mustafa Kemal Ataturk, venceu a Guerra de Independência, abolindo o sultanato. Essa mudança de regimes forçou a Inglaterra e outras potências aliadas a renegociar os termos do Tratado de Sèvres com a Turquia (BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO, 2016), resultando na substituição deste pelo Tratado de Lausanne, assinado em 24 de julho de 1923, dando a Turquia a soberania sobre territórios da região e retirando a criação do Curdistão (KLEIN, 2009; RIBEIRO, 2015).

A Turquia, desde meados de 1920 até o final da década de 1980, assumiu uma posição de negação da existência de elementos curdos em seu território (YEGEN, 1996). No mesmo ano da assinatura do último tratado, Ataturk decretou 65 leis com o objetivo de destruir a identidade dos curdos, procurando eliminar quaisquer componentes que pudessem sugerir uma nação curda separada, como línguas e nomes pessoais curdos. Com tal feito, ele renomeou os curdos de “turcos da montanha”, proibiu o uso público da língua curda, transformou as celebrações curdas em ilegais, mudou os nomes curdos dados a ruas, vilas, negócios, etc. para nomes turcos; confiscou grandes extensões de terras comunais curdas, apreendeu fundos comunitários curdos, eliminou todos os partidos políticos e organizações de origem curda ou simpáticos à causa curda; e assim por diante (BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO, 2016).

A tentativa de dissolução social criada gerou migrações forçadas, desemprego, violência e perda da confiança no Estado, fazendo com que um nacionalismo curdo alavancasse e ganhasse grande apoio. Assim, partir da década de 1970, uma parcela cada vez mais significativa da população de curdos da Turquia exigiu direitos culturais, linguísticos e políticos, e o governo supriu essas exigências, pois temia que elas levassem ao colapso do Estado. Essa recusa ajudou a encorajar o extremismo, resultando na criação do *Partiya Karkaren Kurdistan* (PKK), ou Partido dos Trabalhadores do Curdistão, liderado por Abdullah Öcalan em 27 de novembro de 1978 (GUNTER, 2004; ÖZHAN; ETE, 2009; YEGEN, 1996), partido este que será abordado posteriormente.

Já no Iraque, criado como resultado do Acordo de Sykes-Picot<sup>9</sup>, os curdos tiveram suas esperanças alimentadas em relação a sua independência com o Tratado de Lausanne, e iniciaram uma longa campanha de luta armada contra os britânicos, ainda influentes na região. Na repressão, a Inglaterra fez bombardeiros aéreos e incendiou vilas para esmagar as revoltas no nordeste do Iraque, e após suprirem três revoltas, o controle do Curdistão Iraquiano foi formalmente transferido para o recém-formado Reino do Iraque. Os curdos seguiram lutando militar e politicamente contra vários regimes militares iraquianos: em 1946 formaram o Partido Democrático Curdo e depois em 1975 a União Patriótica do Curdistão. Com a ascensão de Saddam Hussein ao poder, em 1979, aos curdos iraquianos foi dirigida uma grande brutalidade, pois era dito que não eram iraquianos suficientes e que apoiavam secretamente o Irã. Com a guerra entre Irã e Iraque, e a posterior invasão do Iraque pelos EUA e OTAN, os curdos conseguiram uma maior abertura para atuação, criando o Governo Regional do Curdistão (KRG) em 1991 e tornando-se independentes *de jure* em 2005 (BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO, 2016).

Porém, o processo de “absorção” da população curda na nação se deu a partir da designação feita em 1925 pela Liga das Nações de que a província de Mossul deveria ir para este país, e não para a Turquia, estipulando a proteção dos direitos curtos. Muitos curdos iraquianos pressionaram por essas garantias, mas esses direitos raramente eram concedidos ou institucionalizados de forma significativa ou duradoura. Com a derrubada da monarquia iraquiana em 1958, o governo tentou remediar alguns dos desequilíbrios socioeconômicos nas áreas curdas do país, em que a educação seria o principal veículo integrador para a construção de um novo Iraque republicano. Assim, em reconhecimento da parcela curda de sua população, o governo inaugurou em 1960 um novo escritório da Diretoria Geral para estudos curdos. Como mencionado anteriormente, a unificação do Curdistão iraquiano de fato se dá com a derrubada do regime de Saddam Hussein em 2003, que abre espaço para que os curdos tivessem a oportunidade de construir de forma mais consolidada sua independência (ENTESSAR, 2009; KLEIN, 2009).

---

<sup>9</sup> O acordo Sykes-Picot é um documento secreto negociado entre o oficial britânico Mark Sykes e o diplomata francês François Georges-Picot, ratificado em 1916, dividindo a região do Levante em duas esferas de influência, uma da Inglaterra e outra da França depois do fim da Primeira Guerra Mundial (THE KURDISH PROJECT, s/d).

Porém, a consciência curda iraniana começou antes da Primeira Guerra, durante a Revolução Constitucional do Irã em 1906, pois apesar de a constituição garantir diversos direitos, não havia menção explícita sobre os curdos como uma etnia, ou seja, não havia direitos específicos para proteger essa parcela da população e sua cultura. Tal manifestação inicial entre as minorias curdas ocorreu em reação à dominação cultural persa e refletiu os interesses das elites dessa parte populacional, envolvendo também desigualdades em termos de educação, saúde pública e serviços públicos para as comunidades curdas (ENTESSAR, 2009). Assim, entre 1906 e 1925, os curdos criaram uma série de organizações civis e políticas para assegurar seus direitos, e após o descobrimento de petróleo na região e a tomada do poder pelo Xá, uma campanha de “persianificação” passa a reprimir diversas minorias no país, inclusive os curdos (BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO, 2016).

O movimento curdo em território iraniano teve bem menos sucesso por causa da força relativamente maior dos governos iranianos (GUNTER, 2004). Mesmo com a Revolução Iraniana de 1979 e a derrubada do regime despótico do Xá, os curdos não obtiveram melhorias, já que o novo regime fundamentalista acelerou o processo de nacionalização, aprovando leis e ações contra os curdos e sua cultura. Após seis anos sangrentos, o Irã conseguiu acabar com a autonomia e resistência curda na região, e apenas no início dos anos 2000, com o surgimento da resistência do PJAK e sua campanha militar contra o Estado iraniano, um novo capítulo de resistência curda ressurge (BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO, 2016).

Na Síria, a privação dos direitos curdos data de 1958, com o movimento de nacionalismo árabe no país e a reação contra as minorias étnicas não-árabes. Já em 1963, a discriminação foi intensificada pelo nasserismo e pelo partido Baath, que pretendia erradicar a presença curda da vida pública na Síria, proibindo elementos importantes da identidade cultural dessa população, como linguagem, música e publicações, e substituindo nomes das aldeias e locais curdos por nomes árabes. Foi apenas com os movimentos da "Primavera Árabe", o consequente enfraquecimento de Bashar al-Assad e a instabilidade do Estado sírio que os curdos no país encontraram uma oportunidade mais sólida de lutar pela mudança de sua situação e obter melhorias. Comparado aos Iraquianos, as demandas curdas sírias eram relativamente modestas, focando-se numa descentralização em relação ao país, mas não a uma separação de fato.

“Para eles, simplesmente poder ensinar curdo ou publicar curdo nos meios de comunicação é um triunfo” (MANSOUR, 2012; ZIADEH, 2009).

O que pode ser notado nas repressões contra os curdos nas quatro nações é um padrão linear de ações, que envolvem

deportações em massa, manter práticas e expressões culturais na clandestinidade, proibição da língua curda, ataques a organizações políticas e civis e, finalmente, crescentes ações militares que assassinaram dezenas de milhares de curdos e ao bombardeio ou ao incêndio de vilas que caíram no esquecimento. A resposta do Ocidente a estas atrocidades também seguiu o padrão familiar de silêncio diplomático e indiferença geral, complementado com alianças periódicas com grupos curdos, sem qualquer prosseguimento e terminando com a identificação de qualquer resistência armada dos curdos como terrorismo (BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO, 2016. p. 19).

O fato é que o território é um ponto crucial em processo de formação da identidade de um povo. No caso curdo, mesmo que em alguma medida conseguissem uma semi-autonomia, nunca houve um Curdistão independente no sentido moderno do que constitui um Estado. Se antes da Primeira Guerra Mundial o Curdistão estava dividido entre dois impérios, a consequência significativa do pós-conflito entre as potências imperialistas da época foi a divisão da população em vários Estados. A apatridia curda é assim um subproduto dos projetos de construção estatal do pós-guerra no Oriente Médio, que dividiram ainda mais o Curdistão. Atualmente, o que existe é uma população curda que vive ao lado de árabes, turcos, persas e armênios na região, não possuem um dialeto comum, comunicando-se entre si através de uma terceira língua, muitas vezes não compartilhando a mesma crença religiosa ou experiência histórica, mas que em meio a essa diversidade, possuem como denominador comum uma identidade que lhes é atribuída por compartilharem um território no qual acreditam que seu povo se originou (GUNTER, 2004; KLEIN, 2009; OZOGLU, 2004; YEGEN, 1996).

## **2.2 Participação das mulheres na luta curda e a influência do PKK**

As sociedades curdas evoluíram de silenciadas e marginalizadas para comunidades altamente politizadas, processo esse que gerou grande impacto na atuação das mulheres no meio social. Sua participação político, social e militar se deu

principalmente na Turquia, Iraque e Síria, e reflete uma tradição histórica de indivíduos que lutam por seus direitos e buscam uma abertura da sociedade para sua presença (BENGIO, 2016).

O início de sua atuação se deu nos debates sobre uma “questão da mulher” curda no início do século XX, ainda no império Otomano, em meio aos pensadores e pensadoras nacionalistas curdos-otomanos que utilizavam a imprensa para abordar tal temática. A *Roji Kurd* e a *Hatawi Kurd*, por exemplo, publicaram em 1912 e 1913 artigos que tratavam sobre as mulheres curdas, e vemos em Istambul a publicação de uma revista destinada às mulheres, chamada *Doniya-ye Zan* (O Mundo das Mulheres), que apesar de ter sido censurada várias vezes, se tornou a voz das mulheres no Império Otomano. Nesses meios, as produções feitas consideravam que a autonomia das mulheres através da educação seria algo que traria progresso, modernidade, prosperidade e nacionalidade aos curdos, e que contribuiria para a criação de um Estado nacional. Consideravam que as mulheres deveriam ser educadas para obter uma melhor compreensão da sociedade e dos valores curdos e assim transmitir - tanto no papel tradicionalmente atribuído às mulheres como mães como no papel de professoras - a cultura curda às futuras gerações através da educação das crianças, constituindo-se como atores fundamentais no processo de construção da nação curda (GHADERI-MAMELI, 2012).

Neste contexto, a Associação de Mulheres Curdas para o Progresso (Women Kurdish Association for Progress) foi criada em 1919 em Istambul, procurando formas de aumentar o nível de conscientização das mulheres sobre a família e a sociedade. A partir de 1920, pensadoras curdas como Fatima Moheyddin e Ishaq Sekouti abriram escolas para meninas em cidades curdas como Sulaimania, Koya e Harpout, e muitas famílias curdas concordaram em enviar suas filhas para a escola, permitindo sua instrução ao lado de meninos. Para apoiar o movimento, Hapsa Khan, sobrinha do líder curdo Sheikh Mahmoud criou o Partido das Mulheres Curdas (Kurdish Women Party) (*idem*).

Com o crescimento da consciência étnica e demandas políticas em meio a muitas minorias, a necessidade de autodeterminação vai de encontro com os interesses dos Estados como atores dominantes na política global. Assim, a politização dos curdos, que ocorreu em meio a formação moderna de Estados-nação no Oriente Médio fez surgir reivindicações que entravam em conflito com as dos Estados, transformando a etnicidade, de uma busca pessoal por significância e pertencimento, para uma demanda

coletiva por respeito e poder (ENTESSAR, 2009). Com isso, desde a criação dos Estados modernos da Turquia, Síria, Irã e Iraque, a população curda de cada país tem lutado contra a discriminação étnica generalizada, buscando garantir direitos iguais de cidadania e expressão (GUNES, LOWE, 2015).

Nesse cenário de divisão do povo curdo entre as nações, as mulheres sofreram um duplo impacto: além de enfrentar a opressão dentro da esfera familiar, em um núcleo patriarcal, e também da sociedade como um todo, elas foram sujeitas à violência sistêmica devido ao seu pertencimento a uma comunidade étnica discriminada, dividida em quatro Estados-nação, cada um perpetuando diferentes formas de violência racista, de gênero e socioeconômica em decorrência do meio capitalista, patriarcal e estatal em que as sociedades globais foram formadas (DIRIK, 2018). Em uma outra dimensão, elas encontravam-se sob uma dupla pressão, pois o contexto de recém-criação dos Estados, principalmente da Turquia e do Irã, trouxe a necessidade de elas se juntarem ao projeto de modernização estatal, enquanto que, de outro lado, a luta pela libertação das mulheres, que fazia parte do programa dos partidos políticos curdos presentes nesse meio, convocava-as a fazer parte da luta nacional pela liberdade (GHADERI-MAMELI, 2012).

Nesse âmbito, é importante que se tenha dimensão do que o movimento nacionalista implicava para as mulheres. De acordo com Ozoglu (2004), o nacionalismo curdo refere-se a um movimento intelectual e político baseado principalmente - embora não inteiramente - na crença de uma identidade curda consistente com raízes históricas, assim como na convicção de um direito inalienável de autodeterminação em uma pátria ou território histórico curdo. Dentro disso, o relacionamento entre nacionalismo e feminismo tem sido objeto de muito debate nos círculos acadêmicos e de ativistas, em que muitas acadêmicas julgam o nacionalismo como antitético à libertação das mulheres (Enloe, 1989; McClintock, 1996; Parker e Yaeger, 1992 *apud* AL-ALI, TAS, 2018). As feministas ocidentais, por exemplo, apontam o nacionalismo como um veículo para promover o patriarcado, ao passo que as feministas localizadas no sul global, em contexto de luta contra a colonização e ocupação, assim como as inseridas em movimentos de libertação nacional de minorias étnicas e religiosas, apontam para uma forte ligação entre a libertação nacional e a libertação das mulheres.

A despeito dessa conexão, estudiosas feministas apontam que as reivindicações feministas dentro dos movimentos nacionalistas são frequentemente marginalizadas, vistas como não autênticas por supostamente imitarem noções ocidentais de gênero

baseadas na igualdade, mesmo em contextos de luta armada por libertação. As mulheres, “antes ativas combatentes nos movimentos revolucionários nacionais, são deixadas de lado porque seu status elevado em tempos de conflito não se conforma aos papéis tradicionais de gênero que consistentemente ressurgem após as guerras nacionalistas” (OMAR, 2004, p.50 *apud* AL-ALI, TAS, 2018, p.2).

Apesar de tais apontamentos, o movimento de afirmação curda trouxe novas oportunidades para as mulheres. Na região que corresponde atualmente ao Irã, por exemplo, após a proclamação da República Curda em Mahabad e da República do Azerbaijão em Tabriz, e com o estabelecimento da República Curda pelo Partido Democrático Curdo (Kurdish Democratic Party, KDP), as mulheres foram autorizadas a sair de casa, a aparecer em público e a ocupar um espaço na arena política, além de incentivar a educação para meninas, reconhecendo que mesmo que a consciência feminina ainda não fosse evidente entre as mulheres da república, a presença delas no meio educacional e político era o início da constituição de um Estado curdo. Em 1979-1980, elas fizeram-se presentes na linha de frente contra a invasão da República Islâmica às cidades curdas de Sanandaj, Mariwan, Banah e Saqqez na forma de *peshmergas*<sup>10</sup>, participando ativamente nos conflitos para defender a população curda contra o regime repressivo do governo iraniano. Nos anos 1990 também notamos a atuação das mulheres: a título de exemplo, Leyla Zana tornou-se um símbolo ao se tornar, em 1994, a primeira mulher curda a ganhar uma cadeira no parlamento turco, falando abertamente em curdo, em uma época em que isso era considerado um crime na Turquia<sup>11</sup> (GHADERI-MAMELI, 2012).

É nesse país também que podemos notar uma atuação intensa das mulheres na transformação do papel social, tornando-se mais ativas a partir de 1980 pelo seu engajamento político com o PKK (BENGIO, 2016). Esse partido configura-se como importante por ter influenciado o ativismo curdo na luta pelo Curdistão, tanto na Turquia quanto nos países em que essa população pode ser encontrada, além de ser uma base para a luta das mulheres curdas.

O Partido dos Trabalhadores do Curdistão foi formado em 1978 por um grupo de estudantes universitários curdos turcos, homens e mulheres, movidos por um sentimento de desilusão política. Sentido-se cada vez mais profundamente

---

<sup>10</sup> Forças curdas iraquianas.

<sup>11</sup> Leyla Zana foi acusada de separatismo e presa por dez anos. Em 1995 foi nomeada para o prêmio Nobel da paz. (GHADERI-MAMELI, 2012).

marginalizados pela maioria da esquerda turca, uma vez que as preocupações culturais, linguísticas e nacionalistas curdas haviam sido minimizadas pelos partidos nacionais, uniram-se na ideia de formar uma organização guerrilheira militante para derrotar o conceito estruturalmente antagônico de negar a etnicidade curda. Assim, em 27 de novembro o partido foi constituído, tendo como líder Abdullah Öcalan, e sendo ideologicamente comprometidos com princípios socialistas e comunistas, além do nacionalismo curdo (ECCARIUS-KELLY, 2010; DIRIK, 2018; MARTIN, 2014).

Nas duas primeiras décadas após a sua fundação, o PKK seguiu uma clara e intransigente agenda marxista-leninista de libertação nacional, em que única solução para a “questão curda” era um Estado curdo em território turco e nada mais (PAASCHE, 2015). De imediato, após a sua fundação, o PKK foi autor de uma série de assassinatos de pessoas do alto escalão e de atentados no Sul da Turquia, mas em 1980, outro golpe militar se sucedeu no país e muitas lideranças do Partido foram presas e/ou obrigadas a se exilar na Síria ou Europa Ocidental. Quatro anos depois, logo após a restauração do governo civil turco, o PKK conseguiu reconstruir sua presença militar no país, e empregaram uma variedade de ações táticas que incluíam sequestros, sabotagem industrial, assassinatos de policiais e de oficiais militares, e atentados com o uso de bombas, além de fornecer serviços sociais e eventos culturais para as comunidades reprimidas dos curdos no sul. Dezenas de milhares de pessoas na Turquia, incluindo um grande número de civis (90% deles curdos) perderam suas vidas nestes conflitos, que duraram até o cessar-fogo declarado em 2013. Em decorrência de tais práticas, o PKK é considerado pela Turquia, desde 1979 como uma organização terrorista, e além dela, a OTAN, União Européia, os EUA e um vários países do Ocidente classificam o grupo da mesma forma (BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO, 2016).

É válido ressaltar que desde o início, a libertação das mulheres era um ponto principal no programa e ideologia do PKK, tornando-se o centro da organização após a captura do líder do partido em 1999. Com o encarceramento, Öcalan - e consequentemente o PKK e afiliados - mudou seu paradigma, passando de uma luta separatista para uma rejeição do Estado-nação como uma instituição, apresentando como solução um novo ideal, de base multiétnica e multiconfessional, chamado de **confederalismo democrático**. Tal teoria identifica o Estado nacional como a causa raiz dos problemas de muitas sociedades, por deixar intactas as hierarquias opressivas de classe e gênero (DIRIK, 2018; PAASCHE, 2015).

Nessa ótica, a democracia começa a partir de uma descentralização radical dos Estados existentes através do estabelecimento de um sistema confederado autogerenciado, baseado na igualdade de gênero e eco-proteção, assentado em comunidades populares como órgãos básicos do exercício da democracia direta (MARTIN, 2014), com uma estrutura *bottom-up* que também inclui uma abordagem multirreligiosa e multiétnica (PAASCHE, 2015).

O discurso em relação a libertação das mulheres dentro do partido ganha mais ênfase a partir de 1990, com a análise de que as mulheres curdas sofrem não só com a luta de classes e colonialismo, mas sobretudo com a dominação masculina agravada pelas perseguições étnicas e políticas e pelo modelo semifeudal de muitas regiões curdas (RIBEIRO, 2015).

As mulheres curdas enfrentam várias camadas de opressão como membros de uma nação sem Estado em um contexto amplamente patriarcal feudal-islâmico e, portanto, lutam em múltiplas frentes. Enquanto os quatro Estados diferentes sobre os quais o Curdistão está dividido exibem fortes características patriarcais, que oprimem todas as mulheres em suas respectivas populações, as mulheres curdas são ainda mais discriminadas etnicamente como curdos e geralmente são membros da classe socioeconômica mais baixa. E, claro, as estruturas patriarcais-feudais da sociedade interna do Curdistão impedem as mulheres de viverem vidas livres e independentes também. Abuso doméstico, casamento de crianças e adultos forçados, estupro, crimes de honra, poligamia (...) são frequentemente considerados como questões privadas, em vez de problemas que exigem engajamento da sociedade e políticas públicas ativas (DIRIK, 2014. tradução nossa)

Com isso, o PKK aborda a desigualdade de gênero na “Ideologia de Libertação da Mulher”, promovendo o termo *jinealogy*, construído com base no princípio de que “sem a liberdade das mulheres dentro da sociedade e sem uma consciência real em torno das mulheres, nenhuma sociedade pode chamar-se de livre” (NURHAK, 2014 *apud* DÜZGÜN, 2016. p. 206. tradução nossa).

Com tal linha de pensamento, o PKK exerceu grande influência nas frentes de luta curda e luta curda das mulheres. Ao que remete ao contexto sírio, a influência do partido na organização delas criou uma frente de combate às forças de opressão que as curdas experimentaram, e de forma mais intensa, também se organizaram militarmente em decorrência do conflito com o Estado Islâmico da Síria e do Iraque (ISIS), que trouxe a necessidade do seu engajamento para combater a organização (BATESON, 2015). A participação militar das mulheres curdas no conflito é personificada pela atuação do YPJ, o exército de mulheres curdas

### **3. ATUAÇÃO DO YPJ NO COMBATE AO ISIS**

Após uma compreensão sobre os debates feministas no âmbito da segurança internacional, os atores não-estatais armados e suas implicações, e sobre o movimento curdo e a participação das mulheres curdas, uma reflexão sobre a Unidade de Defesa das Mulheres no âmbito da luta contra o Estado Islâmico será feita. Primeiramente, é necessária um panorama do conflito do ISIS na Síria e posteriormente uma compreensão sobre o YPJ e sua estruturação.

#### **3.1 ISIS e a guerra na Síria**

Inicialmente, é necessária uma compreensão sobre a formação do ISIS e sua inserção na guerra na Síria. O Estado Islâmico da Síria e do Iraque (EI, ISIS<sup>12</sup>, ISIL ou DAESH, sua sigla em árabe) configura-se como uma preocupação e ameaça a diversos governos do Ocidente e Oriente Médio, particularmente aos do Iraque e Síria, já que as atividades do grupo são uma ameaça mais intensa a tais Estados. É uma organização complexa, que governa cidades, possui financiamentos próprios, forças irregulares numerosas e uma estratégia de divulgação de suas ações altamente eficaz, capaz de atingir todo o globo (DAMIN, 2015). Logo, além de ser um grupo armado é também dotado de capacidade de governança.

Sua origem advém do grupo al-Qaeda no Iraque (al-Qaeda in Iraq - AQI), afiliada à al-Qaeda, formada por grupos espalhados pelo Oriente Médio e África com níveis diferentes de capacidade e comprometimento ao grupo central. Em decorrência de diferenças estratégicas e ideológicas<sup>13</sup> entre Abu Musab al-Zarqawi, líder da AQI, e a célula central da al-Qaeda (al-Qaeda Central- AQC), os grupos separam-se e o AQI adota o nome Estado Islâmico do Iraque (ISI) em 2006 (TUCKER, 2014).

O contexto da região era marcado por tensões, já que a invasão e subsequente ocupação do Iraque pelas forças dos Estados Unidos causou um colapso na sociedade

---

<sup>12</sup> O último “s” de “ISIS” provém da palavra árabe “al-Sham”, que significa levante, Síria ou Damascos, dependendo da circunstância (COCKBURN, 2014 *apud* HOVE, 2018)

<sup>13</sup> Embora Zarqawi e Bin Laden tivessem o mesmo objetivo de estabelecer um califado, os alvos eram diferentes. Enquanto Zarqawi focava seus ataques na população muçulmana xiitas, a al-Qaeda, apesar de os consideravam hereges, raramente os atacavam para matar, tendo como alvo as forças norte-americanas e seus aliados (CALFAT, 2015; GHOSH, 2014 *apud* HOVE, 2018).

iraquiana, já fraturada por anos de sanções econômicas e guerra (HOVE, 2018). No início de 2011, com a Primavera Árabe em pleno fluxo, o ISI continuou o processo de expansão e profissionalização que havia iniciado no final de 2009, intensificando suas operações militares no Iraque, incorporando áreas xiitas do sul e o norte curdo (LISTER, 2016). Em relação a Síria, a organização e seus antecedentes possuem laços no país desde 2003, quando redes de recrutamento, facilitadas pela inteligência síria, canalizaram combatentes do mundo árabe para o Iraque através da Síria. Em 2007, o governo dos EUA alegou que “85-90%” dos combatentes estrangeiros no Iraque tinham vindo através da Síria. Nesse contexto, com o surgimento de uma revolução popular na Síria no início de 2011, iniciou-se um vácuo político em importantes regiões do país a partir da Guerra Civil, o que deu abertura para a entrada de atores não-estatais no corpo da política (CALFAT, 2015; GERGES, 2014 *apud* HOVE, 2018), permitindo a expansão do ISI para o país.

Em 2014 o grupo, já com a denominação de Estado Islâmico do Iraque e do Levante, anuncia a criação do califado, que se estenderia desde Aleppo na Síria até a província de Diyala, no Iraque, passando por Homs, Damasco, Mossul e Bagdá (DAMIN, 2015; FUJII, 2015; BATTLE, 2015 *apud* CALFAT, 2015), e ameaçando também as fronteiras com a Turquia, especialmente no que tange à sua população curda (SALIH, 2015 *apud* CALFAT, 2015). Tendo como capital a cidade de Raqqa (DAMIN, 2015), na Síria, e como califa o iraquiano Abu Bakr al-Baghdadi<sup>14</sup>, o grupo marca definitivamente seu rompimento com a al-Qaeda, e o início do califado governado pela lei da sharia (TUCKER, 2014). De acordo com Lister (2014) o anúncio da criação do califado, embora tenha parecido atrair um apoio considerável entre uma nova geração de jovens jihadistas em potencial em todo o mundo, foi uma medida extremamente ousada, particularmente considerando sua falta de legitimidade legal islâmica.

Assim, controlando cidades inteiras, o ISIS passa a ter capacidade de financiar toda sua burocracia e corpo militar, pois onde governa, cobra impostos e taxas aos moradores baseados na lei islâmica (DAMIN, 2015), além de ter recebido financiamento de monarquias de grupos sunitas do Golfo Árabe de grupos sunitas, que o consideravam como ator legítimo na luta popular síria contra o regime do ditador Bashar al-Assad (CALFAT, 2015). Dessa forma, pode ser considerado o grupo jihadista mais bem financiado e armado do mundo, e funciona com uma fome diária por

---

<sup>14</sup> Abu Bakr al-Baghdadi passa a ser o chefe supremo dos muçulmanos segundo o EI, sendo considerado sucessor da autoridade política do profeta Maomé (TUCKER, 2014; DAMIN, 2015).

atrocidades que não era vista até então nas regiões em que ocupa, revivendo práticas de estupros coletivos, escravidão sexual e crucificação, e anunciando alegremente políticas de limpeza étnica e genocídios. “O ISIS considera que aqueles que tenham qualquer outra crença que não seja seu modelo de islamismo sunita são infiéis que merecem a morte” (BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO, 2016. p. 22).

A luta contra o Estado Islâmico tem se dado por um esforço global, já que as ações do grupo terrorista não são limitadas as áreas de origem do grupo. Podemos ver sua amplitude internacional em diversas manchetes que noticiam ataques em regiões da Europa, como na Espanha<sup>15</sup>, Bélgica<sup>16</sup>, Inglaterra<sup>17</sup>, além de notícias de possíveis envolvimentos de pessoas com células do grupo<sup>18</sup>. Desse modo, liderados pelos Estados Unidos, uma coalizão formada por 7<sup>19</sup> países destaca seu compromisso de derrotar o Daesh, empregando cinco linhas de operações, que incluem esforços militares, corte de financiamento, impedimento do fluxo de combatentes estrangeiros, estabilização de áreas liberadas e descredibilizar a narrativa do EI. Ainda, muitos países contribuem com ajuda humanitária, recepção de refugiados e fornecimento de armas e treinamento para combatentes locais (BOGHANI, 2016; KHARROU, 2017).

Para a Síria e o Iraque, lutar contra o ISIS é uma questão de segurança nacional e sobrevivência, já que o grupo terrorista conquistou grandes áreas territoriais dos países, como Mossul, segunda maior cidade iraquiana. A Turquia também se uniu na luta contra o grupo, apesar de inicialmente, ao vê-lo como força desestabilizadora do regime de Bashar al-Assad, ter fornecido assistência militar. Com a passagem de combatentes estrangeiros para o Daesh através da fronteira turca e síria, os turcos, a partir de 2015, estreitaram o controle fronteiriço, passaram a prender pessoas suspeitas

---

<sup>15</sup> **Ataque terrorista deixa mortos e feridos em Barcelona; Estado Islâmico reivindica.** G1. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/policia-e-acionada-apos-incidente-em-praca-em-barcelona.ghtml>>. Acesso em 19 de out de 2018.

<sup>16</sup> **Estado Islâmico diz que atirador de Liège era soldado do grupo.** G1. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/estado-islamico-diz-que-atirador-de-liege-era-soldado-do-grupo.ghtml>>. Acesso em 19 de out de 2018.

<sup>17</sup> **Estado Islâmico assume autoria do ataque de Londres.** G1. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/estado-islamico-assume-autoria-do-ataque-de-londres.ghtml>>. Acesso em 19 de out de 2018.

<sup>18</sup> **Homem de 33 anos é preso em Paris suspeito de preparar atentado.** G1. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/homem-de-33-anos-e-preso-em-paris-suspeito-de-preparar-ataentado.ghtml>>. Acesso em 19 de out 2018. **Saiba detalhes da condenação de brasileiro por integrar Estado Islâmico.** G1: Fantástico. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2018/04/saiba-detalhes-da-condenacao-de-brasileiro-por-integrar-estado-islamico.html>>. Acesso em 19 de out de 2018.

<sup>19</sup> A lista completa dos países pode ser encontrada em <http://theglobalcoalition.org/en/partners/>.

de terem ligação com o ISIS, bloqueou ou deportou estrangeiros que passavam pela Turquia suspeitos de tentar ingressar no grupo e abriu sua base aérea em Incirlik para a coalizão anti-ISIS (BOGHANI, 2016).

Dentre os vários atores engajados nesse conflito, as forças curdas merecem destaque, já que a luta contra o ISIS se configura como uma questão de sobrevivência e de garantia de participação no futuro político da região (*idem*). Apoiados pelos Estados Unidos, tal frente é formada pelos *Peshmerga*, exército curdo do Iraque, pelas Forças Democráticas Sírias (SDF<sup>20</sup>), em conjunto com a Unidade de Proteção do Povo Curdo da Síria (YPG<sup>21</sup>) e a Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ) (Redação RBA, 2015; BOGHANI, 2016).

Dentro disso, entender a atuação do YPJ no âmbito do conflito contra o ISIS configura-se como temática importante, que será abordada na sessão subsequente, pelo fato de serem um exército não-estatal autônomo de mulheres, que desempenha papel fundamental na luta contra o grupo terrorista, exemplificado por seu sucesso na libertação de várias cidades, como Raqqa e Tell Abyad (WBUR, 2017), além da região de Rojava (DIRIK, 2017).

### **3.2 A Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ)**

A Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ<sup>22</sup>) é uma força militar e nacional de mulheres curdas, criada em na Síria (BARFI, 2018), centrada na sociedade democrática, na ecologia e na liberdade das mulheres. Reflete um histórico de luta e organização militar das mulheres curdas: atuando dentro das Unidades de Proteção do Povo (YPG), o crescimento quantitativo das combatentes acompanhou seu desenvolvimento qualitativo, ou seja, as mulheres, através dos treinamentos, estavam adquirindo *expertise* militar e de combate. Com tal avanço, o primeiro batalhão todo de mulheres foi estabelecido dentro do YPG, com a participação de 80 camaradas, e em outros cantões curdos da Síria se seguiu o mesmo movimento. Nesse cenário, as soldadas de todos os batalhões criados reuniram-se várias vezes para discutir suas necessidades, instâncias, deveres, missões e papéis, e o resultado de tais debates é a criação de um

---

<sup>20</sup> Em inglês, Syrian Democratic Forces.

<sup>21</sup> Em inglês, People's Protection Units. Em curdo, Yekîneyê Parastina Gel.

<sup>22</sup> Em curdo, Yekîneyê Parastina Jin.

exército só de mulheres. Com isso, o YPJ é anunciado em 4 de abril de 2013 (EFRIÎN, 2017).

Buscam, então, construir uma Síria democrática e um Curdistão livre, lutando contra a dominação militar do sistema sexual masculino e seu regime de religiões, nacionalismo, ciência e patriarcalismo. É o poder legítimo das mulheres, carregando sobre si a garantia de libertação feminina e regulamentação das bases da sociedade, sem distinção ou discriminação entre religiões, línguas, nacionalidades e raças (YPJ, s/d).

Como unidade auto-dirigida, organiza-se em três frentes básicas sendo estas a Força Profissional<sup>23</sup>, as Unidades de Resistência<sup>24</sup> e as Forças Locais<sup>25</sup>, tudo configurado dentro dos parâmetros estabelecidos pelo sistema do confederalismo democrático, idealizado por Öcalan. Internamente, é formado por grupos de três a cinco combatentes; por pelotões, constituídos por mais de dois grupos; e batalhões, formados por duas unidades (RIBEIRO, 2015).

Sobre o dia-a-dia das combatentes, em entrevista à Sputnik feita em 2016, a Comandante da Unidade de Defesa das Mulheres Nesrîn Abdalla descreve que

é necessário estar presente 24 horas por dia na linha da frente, é preciso participar dos combates. Quando está tudo quieto, cada um do batalhão tem seu trabalho. Tem, por exemplo, um horário dedicado ao estudo ou a programas de TV, notícias. Tem horários para que a pessoa cuide de assuntos particulares, ou para que busque informações sobre estratégia militar, sobre temas de interesse, sobre cultura e etc. A grade de horários é bem rígida. Alguns destacamentos realizam exercícios em um determinado tempo, enquanto os outros patrulham ou fazem compras (ABDALLA, 2016a).

Ainda, o YPJ incentiva a educação com ensino tradicional, em que cursos são realizados para que as combatentes recebam educação ideológica e uma especialização em alguma área, como por exemplo na estratégia militar ou na área de pesquisa médica. A Comandante Abdalla relata que a vida delas não se resume ao campo de guerra, e para que seja criado um sistema de igualdade social é necessário que haja mulheres capazes de tomar decisões:

devemos estar ideologicamente preparadas e experientes, devemos entender disso. E para estudos é preciso tempo. Uma precisa de três meses, outra precisa de seis, uma terceira de um ano. Mas isso é necessário para que o

---

<sup>23</sup> Yekîneyêñ Profesioyonel.

<sup>24</sup> Yekîneyêñ Berxwedanê.

<sup>25</sup> Yekîneyêñ Herêmi.

sistema democrático, criado por nós, continue existindo e se torne permanente (*idem*).

A estratégia que seguem é a de autodefesa, não só física, mas também contra todos os tipos de ataques oriundos do sistema patriarcal. Esta tática é central para o grupo, e existe o entendimento que as mulheres não devem confiar em ninguém para protegê-las, incubindo-se da auto-organização e defesa. Tal ideia foi defendida pelo líder do PKK, que incentiva o envolvimento das mulheres nas forças armadas, afirmando que o exército de mulheres, além de representar uma exigência da guerra contra o sistema patriarcal, também corresponde a uma oposição à mentalidade sexista dentro do movimento de liberdade (BATESON, 2015). É importante destacar que este conceito

está estreitamente vinculado ao conceito de resistência. Deste modo, o empoderamento feminino incentiva que estas mulheres se protejam econômica, social, legal e economicamente garantindo sua vida e sua liberdade tomando como estratégia, principalmente as comunas, assembleias e coletivos (RIBEIRO, 2015, p. 67. tradução nossa).

Assim, relacionando-se com as Unidades de Proteção do Povo (YPG), criado em 2004, as duas unidades representam os braços armados do Conselho Nacional Curdo (KNC), que em conjunto com o Partido da União Democrática (PYD) constitui o Comitê Supremo Curdo (DBK), governo existente no Curdistão sírio criado em 2012. Nesse âmbito, YPJ compartilha uma liderança comum com o YPG, onde se organizam e se fazem presentes dentro do comando geral. No âmbito do YPG, tomam decisões compartilhadas, respondendo aos mesmos princípios organizativos e logísticos que seus companheiros curdos. Sobre sua linha de ação, agem de forma independente, baseadas em resoluções feitas em conferências, reuniões ampliadas e conselhos militares (RIBEIRO, 2015; YPJ, s/d).

É interessante notar que o regulamento interno de ambas as Unidades é bastante semelhante, pois ao estabelecerem-se como forças de defesa em Rojava, cantão do Curdistão Sírio, possuem como objetivo principal proteger a sociedade políticas e ética, tomando a auto-regulação como base, sem discriminar religião, língua, nacionalidade, gênero ou partidos políticos. Reafirmam a autodefesa como a resposta a todos os tipos de ataques, externos ou domésticos, e lutam para alcançar a liberdade de todos os camponeses sírios e por sua organização no Curdistão Ocidental. Dentro desse escopo, configurando-se como forças militares nacionais, as unidades não são filiadas a nenhum partido político, e em necessidade da defesa dos interesses nacionais, responderão às

decisões do Conselho Nacional Curdo (YPG Media Center, 2015 *apud* RIBEIRO, 2015).

No que concerne à quantidade de soldados, em 2012 os líderes do YPG afirmaram que eram formados por aproximadamente 3.000 combatentes, ao passo que o YPJ possuía 700. Atualmente, o primeiro apresenta em torno de 23.650 participantes, enquanto que o último 19.350. Relativo à divisão operacional, as frentes militares localizam-se em Jazirah, Kobane e Afrin, cada uma com dois setores, e Aleppo, com um. Cada setor é composto de três a cinco líderes do YPG e YPJ, que formam comitês decisórios (BARFI, 2018).

É importante ressaltar que entre as integrantes do YPJ não há mães, pois de acordo com a Comandante Abdalla, do ponto de vista biológico, isso seria contraditório a ocupação diária de combatentes: elas não poderiam ter uma família e ao mesmo tempo conduzir um combate armado. Existem mulheres casadas, mas não com filhos ou filhas (ABDALLA, 2016a).

Quando se é analisado as motivações pelas quais as mulheres se juntam a grupos violentos como grupos extremistas, movimentos terroristas, insurgências e organizações revolucionárias, muitos analistas tendem a acreditar que elas são coagidas a entrar, são vítimas da pressão de homens, e uma explicação alternativa não é pensada (TURNER, 2016). Porém, há um conjunto complexo, mais sofisticado e variado de fatores para explicar por que as mulheres se juntam a tais grupos, como por exemplo os *Four R's plus One* elencado por Mia Bloom em seu aclamado livro *Bombshell* (2011), em que ela aponta cinco motivos para as mulheres entrarem em grupos violentos, focando-se nos grupos terroristas.

Nessa ótica, *revenge, redemption, relationship, respect e rape*<sup>26</sup> seriam os cinco principais motivos. Pela vingança, as mulheres entram nos grupos violentos em decorrência da perda de um ente querido ou como forma de agir contra um governo opressor, ao passo que pela redenção elas estariam a procura do perdão dos pecados do passado através do martírio (motivação comum entre mulheres-bomba suicidas). Pelos relacionamentos, as mulheres se juntam a estes grupos baseadas em algum amigo ou membro da família que as vinculam a uma organização específica. O quarto motivo é o respeito, que é quando as mulheres sentem que a única maneira de ganhar respeito dos outros é através de atos de violência, devendo mostrar que são tão dedicadas à causa

---

<sup>26</sup> Vingança, Redenção, Relacionamentos, Respeito e Estupros.

quanto os homens. Ainda, os estupros e ataques sexuais indesejados são usados por muitas organizações como ferramenta de recrutamento, pois aquelas que foram agredidas podem não ter a possibilidade de voltar para sua vida devido às normas culturais (TURNER, 2016).

Nesse ângulo, enquadrando-as ao conflito contra o Daesh, as mulheres curdas da Unidade de Defesa elencam alguns motivos que as levaram a entrar no combate. Primeiramente, afirmam estar lutando para defender sua pátria, já que o Estado Islâmico tomou várias partes do Iraque e da Síria; e em segundo lugar, lutam pela causa curda, em busca de seus direitos dentro da região. Além disso, a luta contra o EI refere-se também a luta pela libertação das mulheres, já que nas cidades que o grupo terrorista governou, elas, em particular, experimentaram uma opressão mais intensa. Como último fator, muitas mulheres dizem ter se juntado às milícias curdas para escapar de algum casamento arranjado, buscando evitar a cultura patriarcal curda que muitas vezes espera que elas se casem em uma idade relativamente jovem (BALKIZ, 2017; WBUR, 2017).

Tais motivações enquadram-se nas categorias *revenge* e *respect* delineadas por Bloom (2011). As mulheres curdas sofrem uma dupla opressão pelo fato de serem **mulheres e curdas**, em um contexto em que tanto o ISIS quanto os governos em que a população curda se faz presente violentam seus direitos, sua existência e sua liberdade. Assim, como uma forma de lutar contra a discriminação que sofrem, o YPJ configura-se como uma alternativa de busca por uma situação melhor, como uma forma de ganhar respeito como mulheres curdas no meio em que vivem.

Assim, o YPJ constitui-se como um exército de caráter único por ser formado apenas por mulheres. É uma organização auto-dirigida altamente estruturada e capacitada, que busca atuar através da autodefesa em nome da defesa da população curda e mais intensamente, na defesa dos direitos e da liberdade das mulheres curdas. Seguindo-se à compreensão sobre este exército, será apresentado uma breve perspectiva sobre o ISIS e o conflito na Síria.

### **3.3 O YPJ e a quebra do tradicionalismo**

Nessa seção, busca-se mostrar como o YPJ contribui para a quebra de visões tradicionais sobre os atores não-estatais armados e sobre as mulheres nos âmbitos de conflito. Sabe-se que o EI ocupou brutalmente vastas extensões de áreas de maioria curda no norte, alcançando os limites de sua expansão em Kobani durante outubro de

2015. Ainda, a organização foi responsável por graves atos de violência direcionados a população da etnia Yazidi, que durante vários dias, dezenas de milhares ficaram presos no Monte Sinjar no início de agosto de 2014, numa tentativa de fugir dos ataques nas suas cidades e aldeias na região de Sinjar, no noroeste do Iraque, perto da fronteira com a Síria. A área era estratégica, pois poderia fornecer uma porta de entrada gratuita para o ISIS do Iraque para o norte da Síria. Porém as execuções, os sequestros de mulheres e crianças, as conversões forçadas ao Islã e o êxodo em massa sugerem que a organização procurava apagar a identidade étnica dessa população, algo que a ONU, em um relatório feito baseado em entrevistas com dezenas de sobreviventes, afirma ser um crime de genocídio (ACIK, 2014; GEMGIL, HOFFMANN, 2016; NEBEHAY, 2016).

Sabe-se que a visão clássica sobre os NSAGs os retrata como ameaças à segurança, negativos para a paz e prejudiciais para o sucesso da construção desta. Tal demarcação predominante pode ser enquadrada a atuação do ISIS, porém limita a visão sobre o potencial de parceria que atores não-estatais armados podem oferecer em processos de construção do Estado (PODDER, 2013). O YPJ como ator não-estatal armado, apresenta-se com uma atuação fluida, que no âmbito do conflito com o Daesh, foge da atribuição tradicional dada a tais atores.

Isso pode ser assinalado pela atuação da Unidade Feminina, em conjunto com as unidades de guerrilha feminina da YJA-Star, do PKK, e seus companheiros homens, em resposta às chamadas dos refugiados Yazidis. Partindo de Rojava, esses combatentes limparam mais de 100 quilômetros de passagem pelo norte do Iraque até o Monte Sinjar e quebraram o cerco do EI, fornecendo aos refugiados um corredor seguro que lhes permitiu embarcar para uma parte relativamente mais segura no norte de Rojava, onde receberam cuidados médicos imediatos, comida e abrigo (ACIK, 2014).

Com a compreensão de que vivemos em um sistema anárquico, que dá abertura para que outras forças além das estatais assumam funções de governança de segurança, certos atores não-estatais armados apresentam-se como uma via legítima para defesa das minorias, principalmente nos *weak states* em que os governos não possuem fortes capacidades de garantir a segurança e bem-estar populacional (MANDEL, 2014; PODDER, 2013). Nesse aspecto, O YPJ não deve ser visto como um ameaça à segurança, principalmente por sua bem-sucedida atuação na libertação da Raqqa, cidade considerada a capital do Califado declarado pelo ISIS.

Liderando a *Operation Wrath of the Euphrates*<sup>27</sup> (2016-2017), operação de libertação da cidade, o YPJ, em conjunto com o YPG e o SDF, libertou aldeias, vilas e cidades ao redor de Raqqa do controle do Estado Islâmico, como por exemplo a cidade de Tabqa. Cercando a região por completo, um grande desafio encontrado foram as minas fortemente plantadas pelo Daesh, fazendo com que as tropas agissem com muito cuidado e realizassem uma varredura delas em cada área libertada. Como outra dificuldade, o EI utilizou os civis como escudos humanos durante os entraves da operação, e para a segurança da população, o YPJ tentou progredir com suas ações de forma cautelosa, com o objetivo de resgatar e libertar os povos de Raqqa da opressão do ISIS. Assim como afirma a comandante do YPJ Zozan Kobanê, “nós, como o YPJ, fazemos parte da operação na coordenação da batalha, assim como na luta no terreno. Para a segurança dos civis, agiremos com muita cautela” (KOBANÊ, 2017. tradução nossa). O anúncio da libertação definitiva da cidade foi feito em 19 de outubro de 2017 pela porta voz do YPJ Nisrin Abdullah (INTERNATIONALIST COMMUNE, s/d).

Ainda, o não enquadramento da Unidade de Defesa na noção convencional sobre os atores não-estatais armados pode ser notada pelas motivações que levam as mulheres a se envolverem na luta contra o grupo terrorista. Apesar da luta histórica curda ser pela constituição de um Estado curdo, vemos uma mudança de discurso a partir da defesa do confederalismo democrático, que vê a unidade estatal como nociva a sociedade por conservar hierarquias opressivas de gênero e classe (DIRIK, 2018; PAASCHE, 2015). De acordo com Dirik (*apud* HOLMES, 2015), como muitos curdos veem o Estado como inherentemente opressivo, ao invés de um Curdistão independente, eles procuram estabelecer estruturas autônomas no nível local, baseadas no confederalismo democrático, incluindo uma democracia *bottom-up*, com economia cooperativa, igualdade de gênero e ambientalismo, configurando uma “democracia sem Estado” (HOLMES, 2015).

Destarte, as mulheres do YPJ afirmam como motivo para lutar contra o Daesh, a defesa dos já constituídos Estados do Iraque e da Síria, países em que a população curda pode ser encontrada. Em Rojava, por exemplo, região curda na Síria, o Daesh comandou uma ofensiva na cidade de Kobani em 2014, e a ação conjunta efetuada pelo YPJ e o YPG foi de extrema importância para a defesa do cantão que faz parte do território curdo na Síria (MAGRÃO, 2014). Com isso, nota-se a função de defesa e

---

<sup>27</sup> Em português, Operação Raiva do Eufrates. tradução nossa.

segurança, que comumente fica a cargo do Estado, sendo transferida para a sociedade. O YPJ, em conjunto com o YPG, atua como uma força de autodefesa do povo, integrada com a comunidade. Seus membros, que inicialmente eram voluntários da população local, foram recrutados e receberam treinamento básico de membros armados mais experientes. Em resposta à ameaça mais intensa que o ISIS representa, o YPJ e o YPG tornaram-se cada vez mais institucionalizados e introduziram o recrutamento (GEMGIL, HOFFMANN, 2016), configurando-se como mais organizados e aumentando sua capacidade de proteção.

Esse desmembramento - do Estado com a função de defesa e segurança - pode ser considerado um ato emancipatório, pois quebra com o monopólio estatal do uso da força. Com a atuação do YPJ e YPG na defesa da população, condições para uma defesa ressocializada e democratizada são criadas, em que as forças de segurança não estão colocadas acima e além dos membros da sociedade como portadores de autoridade, e as relações compassivas e íntimas entre as tropas e a população demonstram uma natureza socializada da segurança (Üstündağ, 2016 *apud* GEMGIL, HOFFMANN, 2016).

Outro aspecto emancipatório se dá pelo fato de que as mulheres curdas lutam não só contra o Estado Islâmico, mas também contra as normas patriarcais da cultura curda. O homem, construído como ser violento, teoricamente possui uma inclinação para a guerra, ao passo que a mulher, configurada como não-belicosa, ligada a compaixão, dependência, ternura e fraqueza, é supostamente inadequada a tarefas ligadas a manutenção da soberania estatal e segurança internacional. Esta diferenciação é usada como justificativa para a manutenção de relações de poder hierarquizadas, contribuindo para a subordinação do gênero feminino em relação ao masculino (ANTONIJEVIC, 2011), além do fato de que não reflete as funções que *realmente* elas desempenham ou podem desempenhar em tempos de guerra (ENLOE, 1938), agindo para recriar e assegurar sua posição como “Bellas Almas” e a deles como “Guerreiros Justos” (ELSHTAIN, 1987).

Desse modo, expandindo o olhar para uma visão crítica feminista e de gênero, alargando e redefinindo as noções clássicas do que é historicamente importante por incorporar a experiência pessoal das mulheres e meninas (SCOTT, 1986), as mulheres curdas quebram com os papéis tradicionalmente atribuídos a figura feminina ao atuarem na linha de combate ao grupo terrorista Daesh. O YPJ controla seus treinamentos, exercícios de combate e são ativas nas decisões estratégicas de guerra, demonstrando um alto grau de independência (ZAIYOU, 2017). Na operação de liberação de Raqqa, o

aspecto mais interessante em todas as fases do processo foi o alto número de mulheres da Unidade participando, já que o YPJ desempenhou um papel de liderança na coordenação militar dentro e fora do campo de batalha. Destacando sua atuação, de acordo com a Comandante Kobanê:

As combatentes femininas tiveram um papel importante no encontro e no resgate das pessoas no território da operação. Seu papel no resgate e saudação das mulheres que mais sofreram com a guerra, criou uma grande simpatia e uma influência muito positiva entre os povos de Raqqa. Nossas forças de fato desempenharam um papel de sacrifício nesta campanha (KOBANÊ, 2017. tradução nossa)

Percebe-se, com isso, que as mulheres, assim como os homens, podem ser igualmente agentes na primeira linha de defesa contra ações radicais de violência, assim como recrutadoras ou operadoras de extremismo violento (GAY, 2017). Em adição, para muitas combatentes do YPJ, sua ambição pela emancipação das mulheres é muitas vezes maior do que o objetivo de eliminação do ISIS, já que a almejam acabar com as estruturas que as oprimem e reconstruir uma sociedade mais igualitária. A alternativa para muitas dessas mulheres seria a de um casamento, ainda muito novas, e o sofrimento com a dominação patriarcal de dentro e fora de suas casas. Porém, ao se juntarem ao exército, elas têm a alternativa de livrarem-se das amarras patriarcais e adquirirem o controle de suas próprias vidas (GEMGIL, HOFFMANN, 2016). Com isso, de acordo com Susan Kobani, oficial de alto cargo na Unidade de Defesa das mulheres, é uma luta “ideológica contra o sistema patriarcal, que começa com a luta contra a mentalidade do Daesh, depois a mentalidade do homem, a mentalidade patriarcal” (*apud* TOWNSED, 2017).

O YPJ, nesse sentido, quebra com a tradicionalidade já que é uma unidade de soldados constituída apenas de mulheres curdas, que tomam suas decisões de forma independente, e que podem operar em conjunto com o YPG, compartilhando posições de liderança nessa frente. Elas estão organizadas como uma força separada, com comandantes do sexo feminino. Em um meio em que a dominação masculina é forte, como o âmbito militar e de conflito armado contra o Daesh, a presença de homens na mesma organização com mulheres poderia impedir a descoberta do pleno potencial que elas possuem. A constituição do YPJ, com uma capacidade de policiamento mais direto, significa uma luta direta pelos direitos das mulheres (GEMGIL, HOFFMANN, 2016).

Nas palavras da Comandante do YPJ Nesrîn Abdalla:

Até agora, os exércitos eram criados exclusivamente por homens com pensamento patriarcal, então eles tinham apenas duas tarefas: defender e conquistar o poder. Mas nós somos um exército de mulheres, e isso nunca aconteceu antes, não há outros assim. Fazemos isso não apenas para nos proteger, mas também para mudar o modo de pensar no exército, não apenas para ganhar poder, mas para mudar a sociedade, para desenvolvê-la (ABDALLA, 2016b, tradução nossa).

É válido ressaltar que, de acordo com o Plano de Ação Nacional sobre Mulheres, Paz e Segurança, a paz é melhor alcançada quando homens e mulheres são parceiros iguais na resolução de conflitos e no investimento em estabilidade (GAY, 2017), demonstrando a importância das mulheres como construtoras da paz nos diversos âmbitos em que isso pode ser alcançado.

As unidades curdas, por atuarem baseadas nos ideais de Öcalan e terem ligação com o PKK, considerado como terroristas pela Turquia e outros países, acabam por receber a mesma classificação, sendo culpadas por associação (PAASCHE, 2015). Porém, se tornaram as maiores aliadas dos Estados Unidos na luta contra o Estado Islâmico, demonstrando sua capacidade de atuação em conjunto com forças estatais, fugindo mais uma vez do estereótipo sobre os VNSAs. A cooperação entre os dois envolve o fornecimento de armamentos, treinamento para combatentes e coordenação de suas atividades militares em operações aéreas e terrestres (BARNARD, HUBBARD, 2018; OKTAV, DAL, KURSUN, 2018). Os bombardeamentos feitos pela Coalizão Internacional, realizados a partir de 2015, foram de grande ajuda para as forças curdas, mas como é enfatizado pela Comandante Abdalla, o combate ao Daesh acontece em terra, pois essa organização se esconde entre a população civil (ABDALLA, 2016a), então o crédito do sucesso das operações de combate ao ISIS deve ser devidamente dirigido às forças terrestres.

É importante ressaltar que tal apoio colocou os estadunidenses em uma posição ambivalente:

Os EUA querem manter sua aliança com a Turquia e o PYD / YPG [YPJ] na luta contra o ISIS. Embora o YPG constitua uma força efetiva de combate ao local, há várias razões importantes pelas quais os EUA querem evitar a alienação da Turquia - um aliado próximo dos EUA desde a segunda metade da década de 1940 - no contexto sírio. Primeiro, a Turquia possui uma posição geográfica chave que poderia impedir o acesso do ISIS ao seu ambiente externo (Clawson 2016, p. 52). Em segundo lugar, a Base Aérea Incirlik da Turquia constitui uma base importante para as operações militares dos EUA na Síria (OKTAV, DAL, KURSUN, 2018. p. 85).

Com isso, as autoridades dos Estados Unidos já declararam que não irão se envolver no combate entre Turquia e a população curda. O que se supõe desse relacionamento é que a partir da diminuição da necessidade de se combater o ISIS na Síria, o apoio americano aos curdos pode diminuir (BARNARD, HUBBARD, 2018).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao abordar sobre a etnia curda, é indispensável uma clareza sobre o histórico da luta dessa população e toda a subjugação que foi imposta pelos governos dos Estados em que estão presentes. Após a Primeira Guerra Mundial, a modelagem dos Estados da Turquia, Síria, Irã e Iraque distanciou os curdos do seu objetivo de constituir o Curdistão de fato, dividindo a população entre as várias nações. Em cada uma delas, a etnia curda teve sua cultura e identidade reprimida, tendo sua língua proibida, sofrendo ataques às organizações políticas e civis curdas criadas para demandar melhorias, deportações, supressão de direitos, etc (BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO, 2016).

Em tal contexto, a evolução silenciada e marginalizada das comunidades curdas teve grande repercussão na atuação das mulheres dessa etnia, que se organizaram desde o império Otomano (BENGIO, 2016), seja político, social ou militarmente. Apesar de apontamentos feitos por estudiosas feministas de que o movimento nacionalista marginaliza as reivindicações das mulheres (Enloe, 1989; McClintock, 1996; Parker e Yaeger, 1992 *apud* AL-ALI, TAS, 2018), em relação aos curdos, ele proporcionou novas oportunidades para a afirmação das mulheres como atores influentes no contexto em que vivem, principalmente na atuação ativa para transformação do seu papel social graças a influência do PKK (BENGIO, 2016).

O partido, que influenciou as movimentações curdas entre os vários Estados em que se encontram, possui como princípio base a libertação das mulheres, afirmado que elas sofrem tanto com a luta de classes e colonialismo quanto com a dominação masculina intensificada pela intolerância étnica (RIBEIRO, 2015), em um processo de dupla opressão, por sofrerem etnicamente como curdas e estruturalmente como mulheres. Assim, com a promoção do *jinealogy*, elas ganham um maior impulso na batalha para alcançar sua liberdade e garantir seus direitos.

Destarte, é importante que se compreenda que desde o começo da Guerra na Síria e com o ISIS, as mulheres curdas se constituem como um ator importante no

âmbito do conflito, conseguindo avançar contra o grupo terrorista, lutando ao lado das unidades do YPG. Uma melhor clareza sobre o YPJ e sua atuação no combate a organização nos fornece uma percepção sobre como podem representar uma quebra dos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres nos conflitos e aos atores não-estatais armados, pois sua existência é de caráter especial.

A entendimento sobre as atores não-estatais armados e sobre a perspectiva feminista na área de segurança internacional é um passo inicial importante para a compreensão da quebra da tradicionalidade que o YPJ representa. Como VNSA, percebe-se que a atuação do exército não se enquadra na visão convencional dos clássicos sobre essa temática, que afirmam que tais atores atuam continuamente em oposição aos Estados e que são responsáveis por graves prejuízos aos direitos humanos e a insegurança global. Ao contrário desse olhar, ao atuar contra o Estado Islâmico, em defesa da população afligida pelo conflito, em especial os curdos, o YPJ demonstra a dinâmica fluida que um ator não-estatal armado pode ter, sendo capaz de atuar em prol do bem-estar da sociedade, representando as denúncias e objetivos de minorias em Estados em que o regime não foi capaz de atender as demandas da população (ou de uma parcela da população) e garantir sua segurança. No mesmo seguimento, vemos a sua capacidade de trabalhar em associação com os Estados pela atuação conjunta com os EUA, uma parceria que foi fundamental para o enfraquecimento do grupo terrorista.

Além disso, a Unidade de Defesa de Mulheres, como uma força militar constituída só por mulheres, rompe com a visão convencional de que elas, em meio a conflitos armados, representam vítimas necessitadas de socorro e proteção. O YPJ luta contra o controle que o sistema patriarcal possui em relação às mulheres, sendo um poder legítimo em prol da libertação feminina e ordenação dos sustentáculos da sociedade, e seu envolvimento com o meio militar reflete o juntamente enfrentamento contra o pensamento sexista dentro do movimento de liberdade curda (BATESON, 201; YPJ, s/d).

Em continuidade, a atuação destas na linha de frente na guerra contra o ISIS quebra com a docilidade e essência não-belicosa que foi socialmente atribuída a elas, demonstrando que sua localização como não combatentes não representa o real papel que podem exercer em tempos de guerra. Tais guerreiras lutam na defesa de sua pátria, em decorrência da tomada de várias curdas na Síria e Iraque, assim como pela busca de seus direitos na região. O embate contra o grupo terrorista também representa a luta pela libertação das mulheres curdas, pois nas cidades que o Daesh obteve controle, a

opressão que as mulheres sentiram foi mais intensa. Neste quadro, o YPJ representa uma possibilidade de empoderamento e independência, pois muitas curdas decidiram juntar-se ao exército para fugir, por exemplo, de casamentos arranjados, distanciando-se de práticas da cultura patriarcal curda (BALKIZ, 2017; WBUR, 2017).

Com o exposto, compreender o histórico de reivindicações curdas, a participação das mulheres na esfera da etnia, e a influência do PKK na organização das curdas nos fornece um contexto que muitas vezes se faz ausente ou insuficiente em relatos ocidentais sobre esta população. Com a atuação e influência do partido, os curdos encontraram um caminho para lutar pelos seus direitos e de forma particular, as mulheres curdas puderam lutar contra a visando sua liberdade. Graças ao discurso de Abdullah Öcalan e a promoção da *jinealogy*, elas puderam se organizar e constituir frentes de combate aos abusos que sofrem, como por exemplo o YPJ. A partir disso, uma maior clareza sobre o YPJ e sua atuação na guerra contra o ISIS pôde ser alcançada. O exército constitui-se como um ator de grande relevância para importantes conquistas que as forças de combate ao Daesh obtiveram, e nesse contexto, percebe-se que a Unidade de Defesa das Mulheres representa uma quebra dos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres nos conflitos e aos atores não-estatais armados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Nesrôn. Exclusivo: entrevista com comandante das Unidades Femininas de Proteção curdas, as YPJ. **Sputnick**. 2016a. Entrevista concedida a Sputnick. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/opiniao/201602063509447-exclusivo-entrevista-comandante-YPJ-curdas/>>. Acesso: 20 de out 2018.

\_\_\_\_\_. Meet the Head of Syrian Kurds' Women Fighters, Who Kill and Humiliate Daesh. **Sputnick**. 2016b. Disponível em: <<https://sputniknews.com/middleeast/201602041034243327-kurdish-ypj-leader-interview/>>. Acesso: 20 de out 2018.

ACIK, Necla. Kobane: the struggle of Kurdish women against Islamic State. **Open Democracy**. 2014. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/north-africa-west->>

[asia/necla-acik/kobane-struggle-of-kurdish-women-against-islamic-state](http://asia/necla-acik/kobane-struggle-of-kurdish-women-against-islamic-state). Acesso: 20 de out 2018.

ACKERLY, Brooke A.; TRUE, Jacqui. Studying the struggles and wishes of the age: feminist theoretical methodology and feminist theoretical methods. In: ACKERLY, Brooke A.; STERN, Maria; TRUE, Jacqui. **Feminist Methodologies for International Relations**. New York: Columbia University Press. 2006. Cap. 12. p. 241-260.

AL-ALI, Nadje; TAS, Latif. Reconsidering nationalism and feminism: the Kurdish political movement in Turkey. **Nations And Nationalism**, [s.l.], v. 24, n. 2, p.453-473. 2018.

ANTONIJEVIC, Zorana. The Participation of Women in the Security Sector – The Feminist Concept. **Western Balkans Security Observer**, v. 19, p. 3-14. 2011.

AYDINLI, Ersel. Statist-transnationalism for a security cooperation regime. In: AYDINLI, Ersel. **Emerging transnational (in)security governance**: a statist-transnationalist approach. Usa And Canada: Routledge. 2010. Cap. 1. p. 1-22.

BALKIZ, Ghazi; DEWAN, Angela. The women fighters who helped defeat ISIS in Raqqa. **CNN: Middle East**. 2017. <Disponível em: <https://edition.cnn.com/2017/10/20/middleeast/raqqa-kurdish-female-fighters/index.html>>. Acesso: 2 de abril 2018.

BARFI, Barak. Kurds Now Our Best Ally Against ISIS in Syria. **The Washington Institute**. 2018.

Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/kurds-now-our-best-ally-against-isis-in-syria>>. Acesso: 2 de jun 2018.

BARNARD, Anne; HUBBARD, Ben. Allies or Terrorists: Who Are the Kurdish Fighters in Syria? **The New York Times: Middle East**. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/01/25/world/middleeast/turkey-kurds-syria.html>>. Acesso: 6 de jun 2018.

BATESON, Florence. The YPJ in context. In: BATESON, Florence. **Just Warriors and Beautiful Souls**. Tese de mestrado em Arts in Conflict Studies and Human Rights, Utrecht University, 2015. p. 25 - 33.

BENGIO, Ofra. Game Changers: Kurdish Women in Peace and War. **The Middle East Journal**, v. 70, n. 1, p.30-46. 2016.

BERTI, Benedetta. What's in a name? Re-conceptualizing non-state armed groups in the Middle East. **Palgrave Communications**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.1-8, 29 nov. 2016.

BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO. **Şoreşə Rojavayê: revolução, uma palavra feminina.** São Paulo: Biblioteca Terra Livre. 2016.

BLANCHARD, Eric M. Gender, International Relations, and the Development of Feminist Security Theory. **Signs**, v. 28, n. 4, p. 1289 - 1312. 2003.

BOGHANI, Priyanka. Who's Who in the Fight Against ISIS? Foreing Policy, 2016. Disponível em: <<https://www.pbs.org/wgbh/frontline/article/whos-who-in-the-fight-against-isis/>>. Acesso: 28 de maio 2018.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas – Sobre a Teoria da Ação.** São Paulo: Papirus Editora, 1997.

BRUDERLEIN, Claude. The Role of Non-State Actors in Building Human Security. **Centre for Humanitarian Dialogue.** 2000.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1993.

BUTLER, Judith. Introduction: Acting in Concert. In: BUTLER, Judith. **Undoing Gender.** New York: Routledge. 2004. p. 1-16.

CALFAT, Natalia Nahas. O ESTADO ISLÂMICO DO IRAQUE E DO LEVANTE: FUNDAMENTOS POLÍTICOS À VIOLÊNCIA POLÍTICA. **Conjuntura Austral**, Brasil, v. 6, n. 31, p. 6-20, ago./set. 2015. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/53819>>. Acesso: 25 de maio 2018.

CARREIRAS, Helena. **Gender and the Military: Women in the Armed Forces of Western Democracies.** Nova York: Routledge. 2006.

CEMGIL, Can; HOFFMANN, Clemens. The 'Rojava Revolution' in Syrian Kurdistan: A Model of Development for the Middle East?. **IDS Bulletin**, [S.l.], v. 47, n. 3, maio 2016. Disponível em: <<http://bulletin.ids.ac.uk/idsbo/article/view/2730>>. Acesso: 20 de out 2018.

CURIEL, Ochy Pichardo. **Género, Raza y Sexualidad. Debates Contemporáneos.** Conferencia magistral en el marco de la Especialización Maestría de Estudios de la Mujer. Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco, México. 2011.

DAMIN, Cláudio Júnior. Surgimento e trajetória do Estado Islâmico. **Boletim Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, v. 16, n. 148, p. 26-33. 2015.

DAVIS, Diane E. Non-State Armed Actors, New Imagined Communities, and Shifting Patterns of Sovereignty and Insecurity in the Modern World. **Contemporary Security Policy**, [s.l.], v. 30, n. 2, p.221-245, ago. 2009.

DIRIK, Dilar. Os segredos da guerrilha curda contra o ISIS. **Outras Palavras**. 2017. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/posts/os-segredos-da-guerrilha-curda-contra-o-isis/>>. Acessado: 24 de maio 2018.

\_\_\_\_\_. Self-Defense Means Political Autonomy! The Women's Movement of Kurdistan Envisioning and Pursuing New Paths for Radical Democratic Autonomy. **Development**, [s.l.], v. 60, n. 1-2, p.74-79, set. 2017.

\_\_\_\_\_. What kind of Kurdistan for Women? **Kurdish Question: Women**. 2014. Disponível em: <<http://www.kurdishquestion.com/oldarticle.php?aid=what-kind-of-kurdistan-for-women>>. Acesso: 4 de jun 2018.

DÜZGÜN, Meral. Jineology: The Kurdish Women's Movement. **Journal Of Middle East Women's Studies**, v. 12, n. 2, p.284-287. 2016.

ECCARIUS-KELLY, Vera. **The Militant Kurds: A Dual Strategy for Freedom**. Abc-clio, 2010.

EFRÎN, Lorin. A revolutionary first in Rojava: YPJ. **ANF News**, 2017. Entrevista concedida a Deniz Yesilyurt. Disponível em: <<https://anfenglish.com/women/a-revolutionary-first-in-rojava-ypj-18897>>. Acesso: 8 nov 2018.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Women and war**. Nova York: Basic Books. 1987.

ENLOE, Cynthia H.. Gender Makes the World Go Round: Where Are the Women?. In: ENLOE, Cynthia H.. **Bananas, Beaches and Bases**. 2. ed. rev. e ampl. University Of California Press. 1938. p. 1-36.

\_\_\_\_\_. **'Gender' Is Not Enough: The Need for a Feminist Consciousness**. International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-), v. 80, n. 1, p. 95-97. 2004.

ENTESSAR, Nader. **Kurdish Politics in the Middle East**. Lexington Books. 2009.

FRANCE PRESSE. **Homem de 33 anos é preso em Paris suspeito de preparar atentado**. G1. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/homem-de-33-anos-e-preso-em-paris-suspeito-de-preparar-atentado.ghtml>>. Acesso: 19 de out 2018.

FUJII, William. O Estado Islâmico e o xadrez geopolítico dos conflitos na Síria e no Iraque. In: **SEMANA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 3, 2015, São Carlos. Anais. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2015. Disponível em: <

<http://www.semacip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/William-Fujii.pdf> >. Acesso em: 26 de maio 2018.

GAY, Christina. Why Women Leaders are Essential to the Continued Fight Against ISIS. **Issues: Arms Control and International Security**. In: Dipnote. 2017. Disponível em: <<https://blogs.state.gov/stories/2017/09/05/en/why-women-leaders-are-essential-continued-fight-against-isis>>. Acesso: 24 de maio 2018.

GHADERI-MAMELI, Soheila. KURDISH WOMEN'S ROLE IN THE STRUGGLE FOR FREEDOM. In: HESHMATI, Almas; DILANI, Alan; BABAN, Serwan M.j. **Perspectives on Kurdistan's Economy and Society in Transition**. Nova Science Publishers, 2012. Cap. 3. p. 19-29.

GRÄVINGHOLT, Jörn; HOFMAN, Claudia; KLINGEBIEL, Stephan. **Development Cooperation and Non-state Armed Groups**. Bonn: German Development Institute (DIE). 2007.

GUNES, C; LOWE, Robert. **The Impact of the Syrian war on Kurdish Politics Across the Middle East**. London: Chatham House. 2015.

GUNTER, Michael M.. The Kurdish Question in Perspective. **World Affairs**, v. 166, n. 4, p.197-205. 2004.

**G1. Ataque terrorista deixa mortos e feridos em Barcelona; Estado Islâmico reivindica.** G1. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/policia-e-acionada-apos-incidente-em-praca-em-barcelona.ghtml>>. Acesso:19 de out 2018.

\_\_\_\_\_. **Estado Islâmico assume autoria do ataque de Londres.** G1. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/estado-islamico-assume-autoria-do-ataque-de-londres.ghtml>>. Acesso: 19 de out 2018.

\_\_\_\_\_. **Estado Islâmico diz que atirador de Liège era soldado do grupo.** G1. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/estado-islamico-diz-que-atirador-de-liege-era-soldado-do-grupo.ghtml>>. Acesso: 19 de out 2018.

\_\_\_\_\_. **Saiba detalhes da condenação de brasileiro por integrar Estado Islâmico.** G1: Fantástico. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2018/04/saiba-detalhes-da-condenacao-de-brasileiro-por-integrar-estado-islamico.html>>. Acesso: 19 de out 2018.

HEUPEL, Monika; ZANGL, Bernhard. On the transformation of warfare: a plausibility probe of the new war thesis. **Journal Of International Relations And Development**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.26-58, 19 fev. 2010.

HOLMES, Amy Austin. As Kobane comes under ISIL attack, Kurds encircle, cut off caliphate. **Informed Comment.** 2015 Disponível em: <<https://www.juancole.com/2015/06/attack-encircle-caliphate.html>>. Acesso: 2 de jun 2018.

HOVE, Mediel. Middle East: The origins of the "Islamic State" (ISIS). **Conflict Studies Quarterly**, [S.l.], v. 23, p. 3-22, abr. 2018. Disponível em: <<http://www.csq.ro/wp-content/uploads/Mediel-HOVE.pdf>>. Acesso: 25 set 2018.

INSTITUTE KURDE DE PARIS. **The Kurdish population.** 2017. Disponível em: <<https://www.institutkurde.org/en/info/the-kurdish-population-1232551004>>. Acesso: 2 out 2018.

\_\_\_\_\_. **Kurdish Diaspora.** 2017. Disponível em: <<https://www.institutkurde.org/en/info/the-kurdish-population-1232551004>>. Acesso: 2 out 2018.

INTERNATIONALIST COMMUNE. **YPJ fighters announce Raqqa liberation [Gallery].** s/d. Disponível em: <<https://internationalistcommune.com/ypj-raqqa/>>. Acesso: 23 de out 2018.

JACK, Amini El. **Genre et Conflit Armé:** Synthèse. Londres: Bridge Development And Gender Institute Of Development Studies. 2003.

JAKOBI, Anja P.. Non-state Actors and Global Crime Governance: Explaining the Variance of Public-private Interaction. **The British Journal Of Politics And International Relations**, [s.l.], v. 18, n. 1, p.72-89, 28 jan. 2015.

KALDOR, Mary. In Defence of New Wars. **Stability: International Journal of Security and Development**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.73-94. pp. 1-16. 2013.

KEOHANE, Robert O.. International Relations Theory: Contributions of a Feminist Standpoint. **Millennium: Journal of International Studies**, [s.l.], v. 18, n. 2, p.245-253, jun. 1989.

KHARROU, Tamara. How successful is the anti-ISIS global coalition? **The New Arab.** 2017. Disponível em <<https://www.alaraby.co.uk/english/comment/2017/4/4/how-successful-is-the-anti-isis-global-coalition>>. Acesso: 29 de maio 2018.

KLEIN, Janet. Introduction. In: KLEIN, Janet. **A Potential Kurdistan: The Quest for Statehood.** Abu Dhabi: Emirates Center For Strategic Studies And Research. 2009. p. 1-61.

KOBANÊ, Zozan. YPJ will be the leading force in the liberation of Raqqa. **ANFNEWS**. 2017. Disponível em: <<https://anfenglishmobile.com/women/ypj-will-be-the-leading-force-in-the-liberation-of-raqqa-20369>>. Acesso: 23 de out 2018.

KRAUSE, Keith; MILLIKEN, Jennifer. Introduction: The Challenge of Non-State Armed Groups. **Contemporary Security Policy**, [s.l.], v. 30, n. 2, p.202-220, ago. 2009.

LISTER, Charles. Profiling the Islamic State. **Brookings Doha Center Analysis Paper**, n. 13. 2014.

MAGRÃO, Alex. Kobane, Rojava e a luta das mulheres curdas. **A nova Democracia**. 2014. Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-140/5648-kobane-rojava-a-luta-das-mulheres-curdas>> Acesso: 5 de jun 2018.

MANDEL, Robert. Global Security Upheaval : Armed Nonstate Groups Usurping State Stability Functions. **Stanford University Press**. 2014.

MANSOUR, Renad. **The Role of Iraqi Kurdistan in the Syrian-Kurd Pursuit of Autonomy**. Al Jazeera Center for Studies. 2012.

MARTIN, Matin. Kobani: What's in a Name? **The Disorder of Things**. 2014. Disponível em: <<http://thedisorderofthings.com/2014/10/15/kobani-whats-in-a-name/>>. Acesso: 10 out 2018.

MONTE, Izadora Xavier do. **Gênero e Relações Internacionais: Uma Crítica ao Discurso Tradicional de Segurança**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília. 2010.

NEBEHAY, Stephanie. Estado Islâmico está cometendo genocídio contra etnia yazidi, diz ONU. **Reuters**. 2016. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKCN0Z21CD>>. Acesso: 20 de out 2018.

OKTAV, Özden Zeynep; DAL, Emel Parlar; KURSUN, Ali Murat. Reframing and Reassessing the VNSAs in Syrian Conflict: An Introduction. In: OKTAV, Özden Zeynep et al. **Violent Non-state Actors and the Syrian Civil War: The ISIS and YPG Cases**. Turquia: Springer, p. 1-31, 2018.

ÖZHAN, Taha; ETE, Hatem. A New Agenda for the Kurdish Question. **Insight Turkey**, v. 11, n. 1, p.97-114. 2009.

- OZOGLU, Hakan. **Kurdish Notables and the Ottoman State: Evolving Identities, Competing Loyalties, and Shifting Boundaries**. Albany: State University Of New York Press. 2004.
- PAASCHE, T. Syrian and Iraqi Kurds: Conflict and Cooperation. **Middle East Policy**, Vol. XXII, No. 1. 2015. p. 77-88.
- PODDER, Sukanya. Non-State Armed Groups and Stability: Reconsidering Legitimacy and Inclusion. **Contemporary Security Policy**, [s.l.], v. 34, n. 1, p.16-39, 15 mar. 2013.
- POLICZER, Pablo. **Neither Terrorists nor Freedom Fighters**. Paper presented at the annual meeting of the International Studies Association, Hilton Hawaiian Village, Honolulu, Hawaii, Mar 05. 2005.
- Redação RBA. Povo curdo. A guerra libertária de uma nação sem país. **RBA: Mundo**. 2015. Disponível em: <<http://www.redebrasilitual.com.br/revistas/107/na-luta-contra-o-isis-3290.html>>. Acesso: 26 de maio 2018.
- RIBEIRO, Maria Florencia Guarche. O contexto político sírio, formação do PYD, Tev-Dem e Unidades de Proteção Popular – YPG/YPJ. In: \_\_\_\_\_. **A REVOLUÇÃO EM ROJAVA: JIN, JIYAN, AZADÍ (MULHERES, VIDA, LIBERDADE)**. Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2015. p. 61-70. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento. 2015. p. 61-70
- RODGERS, Dennis; MUGGAH, Robert. Gangs as Non-State Armed Groups: The Central American Case. **Contemporary Security Policy**, [s.l.], v. 30, n. 2, p.301-317, ago. 2009.
- SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, Vol. 91, No. 5. p. 1053-1075. 1986
- SJOBERG, Laura. Introduction. In: SJOBERG, Laura. **Gendering Global Conflict: Toward a Feminist Theory of War**. Nova York: Columbia University Press. 2013.
- \_\_\_\_\_. Introduction. In: SJOBERG, Laura. **Gender and International Security: Feminist Perspectives**. Nova York: Routledge. 2010. p. 1-14.
- SHARONI, Simona; WELLAND, Julia. Introduction: revisiting the relationship between gender and war: reflections on theory, research, activism and policy. In: SHARONI, Simona; WELLAND, Julia; STEINER, Linda; PEDERSEN, Jennifer. **Handbook on Gender and War**. Londres: Edward Elgar. 2016. p. 1-20.

- SHULTZ, Richard; GODSON, Roy; HANLON, Querine; RAVICH, Samantha. **The Sources of Instability in the Twenty-First Century: Weak States, Armed Groups and Irregular Conflict.** Strategic Studies Quarterly. 2011. p. 73-94.
- TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security.** Nova York: Columbia University Press. 1992.
- THE KURDISH PROJECT. **Kurdish Diaspora.** Disponível em: <<https://thekurdishproject.org/kurdistan-map/kurdish-diaspora/>>. Acesso: 2 out 2018.
- TOWNSED, Mark. Hundreds of us will die in Raqqa: the women fighting Isis. **The Guardian.** 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/apr/30/hundreds-of-us-will-die-in-raqqa-the-women-fighting-isis>>. Acesso: 2 de abril 2018.
- TUCKER, Colin. The Islamic State: origins, goals and future implications. **The Eurasia Brief.** Washington: The Eurasia Center. 2014.
- TURNER, Kathleen. Femme Fatales: **Why Women are Drawn to Fight With Violent Extremist Groups.** 2016. Disponível em: <<https://s3.amazonaws.com/fwvcorp/wpcontent/uploads/20160419155228/FemmeFatal es.pdf>>. Acessado: 20 de out 2018.
- WBUR. Why Kurdish Women Joined The Fight Against. ISIS. In: **WBRU: Here & Now.** Amy Austin Holmes Interview Highlights. 2017. Disponível em: <<http://www.wbur.org/hereandnow/2017/06/26/kurdish-women-fight-isis>>. Acesso: 28 de maio 2018.
- WILLIAMS, Phil. **Violent non-state actors and national and international security.** International Relations and Security Network. 2008.
- YEGEN, Mesut. The Turkish state discourse and the exclusion of Kurdish identity. **Middle Eastern Studies**, [s.l.], v. 32, n. 2, p.216-229, abr. 1996.
- YILDIZ, Kerim. The Kurds: "Kurds" and "Kurdistan". In: YILDIZ, Kerim. **The Kurds in Iraq: The Past, Present and Future.** :: Pluto Press. 2007. p. 7-9.
- YPJ. **About Us.** s.d. Disponível em: <<http://ypjrojava.com/ypj/en/about-us/>>. Acesso: 4 de jun 2018.
- ZAIDOU, Hussein. When Female Fighters Lead the Charge. **The Washington Institute.** 2017. Disponível em: <<https://www.washingtoninstitute.org/fikraforum/view/when-female-fighters-lead-the-charge>>. Acesso: 23 de out 2018.

ZIADEH, Radwan. The Kurds in Syria: Fueling Separatist Movements in the Region?.  
**Us Institute Of Peace**, Washington, Dc, v. , n. , p.1-10. 2009.